



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

Telefone: - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

## INDICAÇÃO

## INDICAÇÃO

### **Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos Vagos no Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE)**

Com fundamento no artigo 55 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, combinado com os artigos 87, VI e 96, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre, indica-se ao Executivo:

#### **REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO DMAE**

- 1. Que seja realizado Concurso Público para prover os cargos em vacância do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), conforme quadro em anexo;**
- 2. Que sejam providas, no mínimo, 400 vagas** (de diversos cargos), **cuja necessidade é URGENTE** para evitar o colapso da autarquia, considerando que 358 servidores estão em condições de se aposentarem até o final deste ano, e que o **total de cargos vagos é de 2.517** (julho/2023);
- 3. Que ao final da vigência dos contratos temporários para cargos por prazo determinado no DMAE, assim como aqueles autorizados pela Lei nº 13.561/2023 (Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023), para os cargos de Técnico Industrial, Montador Eletromecânico, Operador de Máquinas Especiais, Fresador e Soldador Industrial, as vagas sejam supridas por servidores públicos efetivos, selecionados por concurso público;**
- 4. Que sejam criados 100 cargos de Técnico de Saneamento e 100 cargos de Agente de Saneamento, conforme já requerido pela Diretoria do DMAE em junho/2022 (SEI PMPA nº 22.10.000004786-0).**

#### **JUSTIFICATIVA**

É de conhecimento geral o grave déficit existente no Quadro de Pessoal do DMAE, situação já reconhecida pelo Tribunal de Contas (TCE) e Ministério Público de Contas (MPC) do Estado do Rio Grande do Sul.

Dos 3.632 cargos, atualmente 2.517 estão em vacância (atualização de julho/2023, conforme anexo). Ou seja, o DMAE tem operado com, aproximadamente, 70% menos do que o quadro pessoal necessário, gerando sérios riscos para a continuidade dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, assim como coleta e tratamento de esgoto.

O próprio Executivo Municipal reconhece esta situação, tendo em vista que, ao enviar a esta Casa Legislativa o PLE nº 014/2023 em junho, a fim de autorizar a contratação por prazo determinado de profissionais para o departamento, o qual foi aprovado, o Executivo assim afirmou:

A falta de servidores vem acarretando prejuízos, seja pelo aumento do tempo de resposta em situação emergenciais, que prolongam desabastecimentos nos sistemas de água, ou extravasamentos de esgotos in natura em caso de falhas nos sistemas de condução e elevação de efluentes cloacais. **Com o nível de redução contínua da capacidade de mobilização das equipes de manutenção industrial pode-se, em breve, chegar a situações extremas, como por exemplo: ter que escolher as regiões que serão atendidas, causando impacto direto à população.** (grifos nossos)

Em agosto, uma comissão de trabalhadores do DMAE apresentou em reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação (CUTHAB), um estudo sobre as causas dos problemas enfrentados pela autarquia, e um dos pontos-chaves é a quantidade de servidores estar em um patamar crítico, tão baixa a ponto de poder levar a um colapso do sistema (notas taquigráficas em anexo).

A necessidade urgente apresentada é de que sejam providas no mínimo 400 vagas, considerando que 358

servidores estão em condições de se aposentarem até o final do ano de 2023. Assim, indicamos que seja aberto Concurso Público para reposição destas vagas.

Solicitamos, também, que as vagas hoje preenchidas mediante contratos temporários por prazo determinado, ou em vias de serem providas desta forma, a exemplo do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023 (autorizado pela Lei nº 13.561/2023), ao final dos contratos sejam supridas por servidores públicos efetivos, selecionados por concurso público.

Isso porque como já dito, o déficit de servidores vem causando problemas estruturais na capacidade do DMAE, não se tratando de uma necessidade por aumento pontual da demanda. A Administração Pública fica vulnerável quando tem em seu quadro profissionais contratados de forma temporária, causando impacto direto à população.

Além disso, em junho de 2022, a Diretoria do DMAE fez solicitação urgente para reposição do quadro de servidores, com a criação de 100 cargos de Técnico de Saneamento e 100 cargos de Agente de Saneamento, porém, o pedido foi negado. Assim, solicitamos que seja revisto.

Desta forma, justifica-se a presente proposição legislativa, esperando-se que seja aprovada e encaminhada ao Executivo, tendo em vista os graves problemas que o déficit de servidores do DMAE vem causando à nossa cidade.

**Vereadora Karen Santos**



Documento assinado eletronicamente por **Karen Santos, Vereador(a)**, em 22/09/2023, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0626532** e o código CRC **04582A56**.

MÊS	ANO
JULHO	2023

**Quadro de Cargos e Vagas - Pessoal Estatutário**

Padrão	Classe de Cargos	Criados	Providos / Referências							Vagos	
			A	B	C	D	E	F	Total		
NS	ADMINISTRADOR	17	14	2	0	0	0	0	1	17	0
4	AGENTE DE SANEAMENTO	50	42	0	0	0	0	0	0	42	8
4	AGENTE DE SERVICOS EXTERNOS	215	30	17	8	8	3	4	70	145	
NS	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3	3	0	0	0	0	0	0	3	0
NS	ARQUITETO	3	1	0	0	0	0	0	0	1	2
NS	ARQUIVISTA	6	2	0	0	0	0	0	0	2	4
6	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	400	46	29	17	15	4	5	116	284	
NS	ASSISTENTE SOCIAL	4	1	1	1	0	0	0	3	1	
6	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
2	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	85	1	4	8	1	2	0	16	69	
6	AUXILIAR DE SERVICOS TECNICOS	82	5	5	12	2	2	0	26	56	
5	AUXILIAR ELETROMECANICO	59	0	0	6	5	4	2	17	42	
NS	BIBLIOTECARIO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
NS	BIOLOGO	10	0	2	2	0	0	0	4	6	
4	CARPINTEIRO	10	0	0	0	0	0	0	0	0	10
NS	CIRURGIAO-DENTISTA	3	1	0	0	0	0	0	1	2	
3	CONTINUO	70	0	0	0	1	1	0	2	68	
NS	ECONOMISTA	7	4	0	0	0	0	0	4	3	
NS	ENGENHEIRO	79	51	6	11	2	3	1	74	5	
NS	FARMACEUTICO	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
4	FERREIRO	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
6	FRESADOR	10	2	1	0	0	0	1	4	6	
6	GUARDA MUNICIPAL	170	4	19	12	15	3	3	56	114	
4	INSTALADOR HIDROSSANITARIO	450	39	23	13	20	17	9	121	329	
NS	MEDICO CLINICO GERAL	7	0	1	0	0	0	0	1	6	
6	MESTRE-DE-OBRAS	25	0	0	0	0	0	1	1	24	
6	MONTADOR ELETROMECANICO	30	20	1	0	0	1	0	22	8	
4	MOTORISTA	80	4	4	1	1	0	0	10	70	
5	OPERADOR DE ARTES GRAFICAS	8	0	1	0	1	1	0	3	5	
6	OPERADOR DE ESTACAO DE TRATAMENTO	125	4	11	10	7	6	3	41	84	
5	OPERADOR DE MAQUINAS ESPECIAIS	40	17	3	3	2	1	4	30	10	
4	OPERADOR DE SUBESTACAO	260	45	11	25	22	14	10	127	133	
2	OPERARIO	302	0	1	3	5	7	2	18	284	
2	OPERARIO ESPECIALIZADO	707	2	21	32	28	13	0	96	611	
4	PEDREIRO	30	0	0	0	0	0	0	0	0	30
4	PINTOR	10	0	0	1	0	0		1	9	
NS	PSICOLOGO	4	4	0	0	0	0	0	4	0	
NS	QUIMICO	14	10	0	1	0	0	0	11	3	
3	SERVENTE DE LABORATORIO	20	0	0	2	1	0	1	4	16	
5	SOLDADOR INDUSTRIAL	10	3	0	0	0	1	0	4	6	
7	TECNICO EM SANEAMENTO	50	46	0	0	0	0	0	46	4	
7	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	17	4	1	2	0	0	0	7	10	
NS	TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL	7	0	2	0	0	0	1	3	4	
7	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	1	1	0	0	0	0	0	1	0	
7	TECNICO EM TRATAMENTO DE AGUA E ESGOTOS	95	66	7	10	4	1	3	91	4	
NS	TECNICO EM TREINAMENTO E SELECAO	2	1	0	0	0	0	0	1	1	
7	TECNICO INDUSTRIAL	20	4	0	4	2	1	2	13	7	
4	TELEFONISTA	20	0	0	0	1	0	0	1	19	
<b>TOTAL</b>		<b>3.632</b>	<b>477</b>	<b>173</b>	<b>184</b>	<b>143</b>	<b>85</b>	<b>53</b>	<b>1.115</b>	<b>2.517</b>	

Fonte: DMAE



MÊS	ANO
JULHO	2023

### Quadro de Cargos Providos - Em Extinção

Padrão	Cargos em Extinção	Providos: Referências						
		A	B	C	D	E	F	Total
E14	Assessor Administrativo II						1	1
NS	Engenheiro de Operação						1	1
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

### Quadro de Funções - CLT

Nível	Funções	Total
2	OPERARIO (CLT)	10
4	MOTORISTA CLT	3
4	AGENTE DE SERVICOS EXTERNOS CLT	2
<b>Total</b>		<b>15</b>

Fonte: DMAE

**Pauta:** Apresentação de proposta alternativa à concessão do DMAE

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** (10h17min.) Estão abertos os trabalhos da presente reunião Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Bom dia a todos e todas. Registro a presença da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, e logo mais vão chegando os demais componentes desta Comissão. A pauta de hoje é para gente debater a proposta alternativa de concessão ao Departamento Municipal de Água e Esgoto, uma proposta que já foi apresentada aqui na Câmara de Vereadores há mais ou menos umas duas ou três semanas, e no sentido de dar mais visibilidade a esse trabalho que foi elaborado pela comissão de trabalhadores do DMAE, pelo Simpa, nós trouxemos para essa Comissão, no sentido da importância, da relevância do tema que é a possibilidade da concessão do serviço de água, esgoto e drenagem aqui no nosso Município.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Edson Zomar de Oliveira, diretor e membro do Cores, DMAE e do Simpa; o Sr. Adriano, Cores, DMAE; a Sra. Sandra Darui, Cores, DMAE. Nós chamamos também a atual chefia do DMAE, que até agora não compareceu; o Observatório das Metrópoles e o IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil que a princípio também ainda não estão presentes, se forem somar ao longo da reunião, nós chamamos também para compor a mesa. Organizamos da seguinte maneira: primeiro damos um tempo para os proponentes trazerem a proposta e aí é uns 10 a 20 minutos, mas a gente pode também conversar, porque a gente sabe que é uma apresentação mais extensa, e depois a gente abre para manifestação dos vereadores e depois para aqueles que estão participando aí junto conosco, nessa reunião. Lembrando que essa transmissão é ao vivo, então é a primeira vez que a Câmara vem fazendo essa experiência da transmissão das comissões ao vivo para tentar aproximar as discussões políticas que a gente faz aqui dentro da Casa da população. Vai estar disponível depois no YouTube e também vai dar para estar sendo acessada via solicitação à Câmara de Vereadores. Vou passar a palavra, de imediato, ao diretor Edson, e para as notas taquigráficas é sempre importante se apresentar,

dizer qual entidade representa e seguir com a sua intervenção. Registro a presença do Ver. Jessé Sangalli.

**SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA:** Bom dia, Ver.<sup>a</sup> Karen, Ver. Sangalli, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth e demais presentes. A nossa vinda aqui tem o intuito de fazer uma apresentação de caráter técnico. Hoje a gente explicita a validade e a necessidade da continuidade do DMAE, enquanto autarquia pública, prestando serviço de saneamento em Porto Alegre, da não necessidade de privatizar, conceder ou parcerizar; ou seja lá o nome que coloque nessa situação. Nesse sentido nós entendemos que esse diálogo, essa conversa, pensando grande no sentido de que esse é um tema que interessa à cidade, já que ele envolve um futuro de 35 anos, é muito importante que haja a compreensão do significado disso. Não se trata de uma questão pequena, qualquer, que não vai ter maior repercussão; com certeza, tem muita repercussão. Trata, basicamente, de se perder a gestão e o controle do saneamento público de Porto Alegre, que é uma questão de saúde pública por 35 anos, onde todo conhecimento acumulado, a expertise que o DMAE tem, seus servidores têm e que tem uma política de estado há 61 anos, deixa de ser constituída como a gente conhece e passa a cidade a ficar, digamos, como cliente de um serviço que tem como propósito, obviamente, obter dividendos com a prestação desse serviço, enquanto o DMAE, autarquia pública, arrecada para manter e aprimorar esse serviço. Então é uma apresentação que a gente gostaria que o pessoal acompanhasse para que dessa forma a gente possa fazer um debate, dialogar, enfim, conversar sobre o tema. Eu passo para a colega, Sandra, Cores – DMAE.

**SRA. SANDRA DARUI:** Bom dia a todos e todas, os presentes, em especial a Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, Ver.<sup>a</sup> Fernanda e Ver. Jessé Sangalli. Eu sou Sandra Darui, sou servidora da Prefeitura Municipal, fui servidora por três anos do DMLU e por 17 anos do DMAE, sou a coordenadora do Conselho de representantes sindicais do DMAE, no Simpa, Cores – DMAE.

Na apresentação de hoje tem coisas que eu gostaria de mostrar, nós vamos nos dividir eu e o Adriano. O Adriano também, engenheiro do DMAE, vai se apresentar depois, então algumas partes sou eu, algumas partes vai ser o Adriano. Se alguém quiser tirar alguma dúvida, durante a apresentação, pode fazer. Vai ter em torno de uns 30 minutos, a gente deu uma reduzida da última apresentação tentando mostrar os pontos principais.

(Procede-se à apresentação.)

**SRA. SANDRA DARUI:** Na verdade ele é um contraponto à apresentação que o governo municipal vem fazendo, fez em quase todo o DMAE, fez também aqui para alguns vereadores na Câmara, para alguns políticos, não sei mais para quem ele fez. A apresentação do governo é esta aqui, a cara dela é esta aqui e, do lado, tem o nosso contraponto; tudo que aparece do governo está igualzinho ao texto que foi produzido por eles. O texto deles já mudou várias vezes, então, a gente não sabe qual é o último, mas este foi o último que a gente teve acesso. Temos duas colunas, uma são os argumentos do governo para privatização e a outra são os argumentos de contraponto à privatização. À medida que a gente der os argumentos, a gente procura mostrar alguns fatos, realidades e dados, principalmente dados públicos. Vocês vão ver muita notícia, muito recorte de jornal, dados do Tribunal de Contas, são essas coisas que vão aparecer.

Para explicar um pouco o que é a dada concessão parcial que, em dezembro, chegaram à conclusão que seria concessão parcial e o que seria isso? A administração municipal chama de parcerização com o objetivo de atender o novo marco legal e captar recursos para investimento em drenagem, porque o DMAE, desde 2019, faz toda parte da drenagem municipal quando foi extinto o DEP. O parceiro, como é chamado, é uma empresa privada ou uma concessionária ou consórcio ou seja lá o que for vai ser responsável por 35 anos pela distribuição de água tratada, pela coleta, condição e tratamento de esgoto e a parte toda de comercialização e arrecadação das tarifas que o DMAE agora arrecada. E o DMAE? A gente botou, na verdade, um ponto de interrogação,

porque a gente não sabe realmente se é o DMAE ou se vai ser um outro órgão criado, isso não está escrito no projeto, mas a princípio o que falam é que vai ser o DMAE que vai ficar com a responsabilidade da captação, tratamento da água e drenagem urbana. Não se sabe ainda, não tem isso, é uma das dúvidas que a gente tem, em que momento passa a ser do privado e em que momento é do DMAE, se é depois do reservatório, se é depois do bom primeiro bombeamento, se é depois da estação do tratamento. Isso é uma coisa que ainda não foi definido, a gente pergunta para a direção-geral e ela não sabe dizer. Na verdade, o que se trata? Trata-se de uma decisão política de desestatização, então, esse é um programa de desestatização que já vem sendo feito há muito tempo, ou seja, a privatização que vem sendo posta em prática pelas duas últimas administrações municipais e não teve consulta popular. Então é uma das coisas que a gente mais fala: a população não está sendo consultada. Esse é um dos objetivos que a gente está aqui para fazer. Na verdade é uma transformação de um monopólio natural público agora e um monopólio natural privado. O Edson diz muito: eu posso escolher se eu posso tomar Coca-Cola ou Pepsi, mas eu não posso escolher de quem eu vou tomar água aqui da torneira pública; é só o DMAE. Se não for o DMAE, vai ser outra concessionária que eu também não posso escolher. E, se eu tenho dinheiro, eu até posso comprar água para beber, mas se eu não tenho dinheiro para comprar água engarrafada, eu não tenho escolha. Outra coisa que a gente fala da questão do novo marco legal é que o DMAE já atende 100% da população com água, a gente só não coloca água encanada onde a gente é proibido por lei, por exemplo, Delta do Jacuí. Tem até um lugar que a gente pode abastecer, tem rede, só que daí chega num que a gente bota uma torneira e a pessoa vai lá; eu não posso botar a rede lá. Em algumas áreas de risco que a gente não pode, mas, mesmo assim, em algumas ocasiões a gente acaba colocando. Se a gente considerar o tratamento individualizado de esgoto, ou seja, fossa e filtro que as pessoas são obrigadas a colocar pela lei mesmo municipal, nós atingiríamos 78% de tratamento de esgoto, considerando essas soluções. E na verdade o que vem acontecendo é que o DMAE vem sendo sucateado nos últimos anos e a gente vai mostrar aqui



vários dados sobre isso. Esqueci de falar: quando enxergam a gente com a camiseta já dizem que lá vem o pessoal do sindicato, mas, na verdade, nós somos técnicos do DMAE, todos nós, da comissão, trabalham em algum local do DMAE. Nós estamos hoje, inclusive, aqui representando o departamento. Então neste eslaide ficou claro para vocês o que seria uma concessão parcial. O que é a realidade? Os estudos que foram apresentados pelo BNDES e que até agora não entregou o estudo definitivo, apresentam muitas inconsistências e elas não justificam a decisão de fazer essa concessão parcial. O próximo é de uma inspeção especial aberta pelo Tribunal de Contas, que foi uma representação que nós fizemos em 2018. Eu vou ler só o que está em vermelho, tá? Então, não somos nós que estamos dizendo; quem disse foi o Tribunal de Contas. (Lê.): “Não se identificou, no entanto, qualquer estudo realizado que demonstrasse a motivação pela escolha, sendo a decisão tomada no âmbito exclusivo da administração centralizada, sem consulta ao DMAE ou ao seu Conselho Deliberativo.” [Nessa inspeção, identificaram diversas irregularidades.] (Lê.): “Contratação do BNDES sem amparo legal; [Não houve licitação, tá?] Incongruência entre os montantes envolvidos visto que a principal atividade...; [Na verdade, é a consultoria para fazer todo o edital, recebeu menos que o BNDES para intermediar o negócio.] Fragilização do princípio de isonomia; Impossibilitou que o DMAE [Na época, como órgão que tem expertise há 61 anos disso.] realizasse estudos...” Então, o DMAE só teve acesso aos estudos para fazer uma ampla discussão em 2021. Só para vocês terem uma ideia, participavam sempre um ou dois técnicos, e tudo que eles diziam, nada era levado em consideração. Em 2021, foi dada a oportunidade, e a gente fez, inclusive, está nos processos isso. (Lê.): “Celebração de pacto sem a garantia de segurança jurídica.” [Porque um contrato desses tem bastantes cláusulas em que podem acontecer fatos supervenientes e que levam a ter que aditivar, ajustar esse contrato.] (Lê.): “Não celebração de processo de licitação...” [Que eu já tinha falado no início.] Então, isso não somos nós que estamos dizendo; isso tudo foi retirado daquela inspeção. Outra coisa que se verificou, e eu vou ler só o final, de tudo que foi feito ao DMAE, houve um dano irreparável à imagem do

DMAE, tanto que o DMAE, numa reportagem de 2021, apareceu como o DMAE sendo a “Geni” da cidade. Começaram a bater, a mídia começou a bater na gente e na deterioração dos recursos humanos e econômicos necessários para manutenção de suas atividades essenciais e finalísticas. Então, isso aqui saiu agora, mês passado. Esse é um parecer que saiu agora, mês passado, e diz o seguinte: (Lê.): “O conjunto das irregularidades... [E eles citam as irregularidades.] revela a prática de atos administrativos e de gestão contrários às normas de administração financeira e orçamentária, especialmente na ingerência na gestão da Autarquia, impedindo a reposição do quadro funcional, ocasionando falhas no abastecimento de água, principalmente na região sul da cidade, bem como causando prejuízos milionários ao DMAE.” E o resultado, a gente vê o DMAE caindo no *ranking* nacional, na pontuação dos *rankings* nacionais, caindo nos seus indicadores, principalmente pela falta de pessoal. Esse parecer aqui, inclusive, cita o ex-prefeito Nelson Marchezan Júnior por ter cometido essas irregularidades. E isso, inclusive, inculcando a ele a responsabilidade por aquela crise de abastecimento de 2017 e 2018. Então, isso saiu, essa sugestão do Ministério Público de Contas, para que tenha irregularidade nas contas dele, que ele seja multado pelo CPF dele pela ingerência no DMAE. O Adriano, agora, vai falar um pouquinho.

**SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER:** Bom dia a todas e todos, vereadoras, vereadores. Falar um pouco, então, do meu histórico, eu sou engenheiro do DMAE, atuei também dois anos no DEP, conheço um pouco de drenagem e atuo no saneamento no DMAE há 11 anos.

Dos cenários, que é a proposta da gestão de concessão, o nosso levantamento é que não existem justificativas técnicas. O próprio grupo que foi criado em dezembro apresentou essa proposta de parcerização em março, mas, se nós analisarmos o processo todo, ele não apresenta consistência e estudos ou, pelo menos, um histórico de como essa comissão chegou a essa conclusão. O processo não tem atas de reuniões, e ele consta um documento, que é o final com várias assinaturas de membros que não fazem nem parte do GT, e isso é

muito grave. E ele é muito superficial também, porque, na verdade, todos esses estudos se baseiam na contratação do BNDES, que tem uma série de inconsistências e falhas, uma delas seria desenvolver estudos que mantivessem o DMAE como autarquia pública. E isso está no Termo de Referência e no escopo, e isso não foi feito, atualização do próprio plano. Então, nós temos esse cenário. Isso consta nesse processo. Então, nós temos a realidade, experiências no Brasil e no mundo que comprovam que a gestão privada não é tão eficiente e vantajosa como é a gestão pública que tem controle social e participação. Nós temos um dado de que 1.600 serviços públicos estão sendo reestatizados em mais de 75 países, então isso é a tendência mundial na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos tem também, no Canadá. Então Porto Alegre está indo no sentido contrário. O que acontece? Essas empresas que adquirem as concessões conseguem se capitalizar, através de negociações no mercado financeiro, trazem esses recebíveis das tarifas futuras, esses direitos creditórios, transformam em fundos, se capitalizam, também têm uma facilidade de busca de recursos no próprio BNDES e outros bancos de fomento público. A concessão, no Rio de Janeiro, da Cedae, o próprio BNDES disponibilizou R\$ 19,3 bilhões, e eles emitiram R\$ 5,5 milhões de debêntures, que são dívidas. Só para ter o último processo seletivo de saneamento, que foi em 2017, foram R\$ 6 bilhões; desses R\$ 6 bilhões, R\$ 3,2 bilhões foram para a infraestrutura e R\$ 2,8 bilhões para saneamento muito pouco né o compromisso do da união né com o recurso para saneamento, muito pouco o compromisso da União com o recurso para saneamento. Então nós temos essas realidades, nós temos aqui em Uruguaiana, que é um case importante de como a gestão privada não traz benefícios para a população, principalmente a mais pobre. Pode passar. Então dentro daquilo que a colega Sandra aqui e o Edson falaram, o que está em vermelho foi apresentado pela gestão, e o nosso contraponto, o DMAE tem modicidade tarifária, tem isenção de impostos, o que o parceiro privado não vai ter, além disso, o controle social e a participação. Autonomia de gestão, se o DMAE tivesse condições de universalizar o saneamento dentro do calendário previsto na lei do saneamento e no novo marco também. Pode passar. Aqui nós

temos a realidade, no Brasil as prestadoras de serviços de direito público, como é o caso do DMAE, são as que têm as menores tarifas médias de água e esgoto, segundo dados do próprio SNIS, que apresenta. Então nós temos as tarifas do DMAE de água e esgoto, são valores realmente, e a própria tarifa social de atuação da entidade, junto com quem mais precisa realmente. Pode passar. Argumentos da privatização, mesmo com a concessão de 35 anos o Município continuará com a titularidade, sim, isso é constitucional. O serviço de saneamento é de interesse local, isso não se discute, mas o nosso contraponto é que a administração e a Câmara serão cobradas pela sociedade pelas falhas cometidas pelo oligopólio privado ao longo de 35 anos. Por que o oligopólio privado? Se olharmos o saneamento hoje, o mercado privado está dominado por quatro grandes grupos e não se sabe por que se a justificativa para ter a livre concorrência e participação, a maioria dos leilões são com uma ou duas empresas. Então pode ter um conluio que nós não temos transparência sobre isso. Os servidores públicos do DMAE, no nosso contraponto, têm *expertise* de 65 anos de prestação de serviço, apesar de todo o sucateamento e a redução; o parceiro privado não. Os números, para dar um exemplo em relação ao próprio processo da Corsan, eles jogam muito bem para o mercado financeiro que em cinco anos o desempenho operacional, que eles usam o termo Ebitda, vai diminuir 60%. Como que isso vai diminuir? Diminuindo a mão de obra e tentando beneficiar as questões operacionais. Então os grandes executivos desse oligopólio serão muito bem remunerados, os trabalhadores não. Nós temos vários casos disso, da Light, das próprias concessões de metrô, como que se dá a precarização dos serviços e o resultado final para a população é muito ruim. Pode passar. A realidade dos é problemas de parcerização, terceirização ou mesmo concessões, nós temos aqui os problemas nos contratos do próprio DMLU, porque a cidade, há muitos meses, vive esse caos e os consumidores reclamam também das contas de água do DMAE, deixando bem claro que o serviço de leitura do DMAE, ele foi terceirizado em 2012, 2013, 2014, foi implantado. Desde lá, o DMAE tem inúmeras dificuldades com esses tipos de empresas que fazem esse serviço. Aqui é outro caso de concessão de

distribuição de energia elétrica. A própria Câmara de Vereadores convocou a CEEE/Equatorial para prestar esclarecimentos. Nós temos também outros casos, quando tem esses eventos climáticos, de dificuldade na retomada da distribuição de energia.

**SRA. SANDRA DARUI:** Também tem uma coisa que o Adriano até não falou, que está escrito ali, que a gente tem mais de 200 contratos no DMAE, e a gente tem problemas em alguns contratos sim, mas imaginem um problema com um contrato só do tamanho desse contrato, por 35 anos. O que a gente fala é que é um risco muito grande para um resultado que a gente não sabe ao certo qual é. Falando um pouco, eles dizem que, com a privatização, vai ter o uso racional dos recursos naturais. Isso sempre aconteceu no DMAE, a gente nunca deixou de usar isso, até porque a nossa função principal é ambiental. Nenhuma dessas alternativas deveria servir para diferenciar o bom serviço público do bom serviço privado. Se tiver um bom serviço privado, que ótimo, mas nós, permanecendo o DMAE, continuaremos a ter responsabilidade ambiental. Redução do risco hidrológico. O DMAE só precisa recuperar, na verdade, para isso, a sua autonomia financeira. Eu vou citar... Ontem, o Rio de Janeiro ficou 13 horas sem captar, porque tinha espuma na água. Quem está tratando os esgotos agora lá? Como é que deixaram passar aquilo lá? E vão cobrar do DMAE, foi o que o Adriano disse. Se acontecer algum problema com o manancial, não vão cobrar do privado, vão cobrar do DMAE. Vão cobrar do DMAE, vão cobrar da Câmara, vão cobrar do prefeito. A questão da manutenção e disponibilidade de melhoria dos recursos hídricos, despoluição. A mesma coisa, a qualidade ambiental é uma preocupação pública, e quem tem que responder sempre é o público, principalmente quando tu reduz os custos para ter lucro, o que não é o nosso caso. Vou dar um exemplo muito claro que aconteceu conosco. Esse problema durou quatro meses, foi entre maio e agosto de 2016, foi um problema com a Cetraliq, uma empresa que tinha ao lado do DC Navegantes. O DMAE levou porrada, literalmente, porque era tão pequena a substância que a gente não conseguia detectar por meio de laboratório, mas a gente sabia, todo o mundo

sabia o que era, tinha licença para fazer aquilo, só que aquela quantidade pequena de resíduos que eles estavam tratando fez com que o DMAE tivesse que fazer mudanças no tratamento da água de Porto Alegre. Nunca o DMAE teve tantas reclamações no sistema 156 por gosto e odor da água que nem naquele ano de 2016, naqueles meses. Para fazer isso, o DMAE teve um prejuízo imenso da imagem, porque até acreditarem que não era um problema de tratamento nosso, que era um problema duma outra empresa, nós tivemos que gastar, na época, R\$ 4,5 milhões em carvão ativado para reduzir. Isso nunca foi devolvido. Tem um processo judicial contra a Cettraliq, esse valor nunca foi devolvido para o Município. A justiça, na época, determinou que ela removesse todos os efluentes e aquele tratamento lá foi encerrado. Até aquele episódio, o único órgão que fazia o monitoramento da qualidade do lago Guaíba era o DMAE, e continua fazendo até hoje. Depois daquilo, a Fepam começou a fazer, mas era o DMAE. Os dados históricos que nós temos do lago Guaíba são do DMAE. Até depois vou deixar para vocês uma revista Ecos, dos 60 anos do DMAE, que conta bastante essa história. O DMAE tem responsabilidade ambiental sim. A Cettraliq era privada, só vou dizer para vocês isso. Na realidade, no mundo, nós temos mais de 30 anos de privatização. Principalmente na Europa, a gente tem bastante. No Reino Unido, o que está acontecendo agora é que toda semana sai alguma notícia. Isso aqui é do Reino Unido, não é daqui: “Contas d’água sobem 40% para resolver crise de poluição do esgoto.” O colapso da Thames Water mostra o fracasso da privatização na Inglaterra, e eles não conseguem retomar o serviço, porque esses contratos são muito bem-feitos para o privado. Aqui a BRK, que é uma outra concessionária, uma das quatro maiores empresas que tem no saneamento, denunciada por jogar esgoto no rio em Tocantins, multada pelo Ministério Público, para poder ressarcir o prejuízo que teve desse despejo de esgoto. Então, eu continuo dizendo: nós temos muita responsabilidade ambiental. O DMAE hoje, esses são dois slides que são apresentados – a gente colocou junto porque falam da mesma coisa – colocam que o DMAE tem 1.450 servidores, não; o DMAE tem menos de 1.200 servidores. Neste mês vai sair uma galera, a gente sabe já. E isto aqui é verdade,

tem 358 servidores em condições de se aposentar até o final de 2020, de dizer “tchau DEMAÉ”, então, dos 1.200 que a gente tem agora, nós vamos ficar com 900, menos de 1000 servidores. E o que isso aí pode acarretar? É um colapso, e é verdade, é um colapso na prestação de serviços, principalmente, – vocês vão ver, eu já estou dizendo agora – no verão, que talvez seja muito difícil, muito difícil. Porque, neste ano, o DEMAÉ paralisou um monte de coisas que tinha que ter terminado, que tinha que ter feito. A direção, em vez de ficar fazendo isso, ficou saindo pregando a concessão, e não se fez essas coisas que tinham que ter feito. E agora eles estão desesperados para gastar esse dinheiro que eles não gastaram – o DEMAÉ tem mais de 300 milhões em caixa – estão desesperados para gastar esse dinheiro. Tem uma outra narrativa, então, o que que eles dizem? Eles colocaram aqui: “bom, quando começar a concessão – o DEMAÉ tem em torno de 1.000 servidores – em 10 anos, o DEMAÉ vai ficar com 532 servidores”. E eu pergunto para vocês: se der errado? E, se nós tivemos os 532 servidores, como é que a gente reverte isso? A gente não reverte isso. O histórico das concessões é que, em 10 anos, eles fazem todos aqueles investimentos que tem que fazer, e isso tá na planilha do BNDES e era bom que os vereadores pedissem a planilha. Depois de 10 anos, eles param de investir em esgoto e começam a fazer a manutenção do sistema. Só que nós temos redes de água que tem 20 anos, 30 anos; nós temos que substituir essas redes, tem coisas que a gente ainda nem pensou. Esse emissário que deu problema aqui tem que ser substituído, isso não está em nenhuma modelagem do BNDES, e é uma obra difícil, é uma obra que para substituí-lo tu não vais fazê-lo no mesmo lugar, nós vamos ter que fazer na Ipiranga, e quem é que vai fazer isso? Então é difícil isso. Se der errado, daqui a 10 anos, vão ter que fazer outra concessão, vão ter que fazer um contrato emergencial, então, ele não é reversível, esse processo não é reversível. E o DEMAÉ não extinto, agora com esses 1.092 servidores, ficaria com o monitoramento da questão ambiental, captação e tratamento de água e manutenção da drenagem urbana. Então ficaria com isso aqui, e o que que a gente diz? Que a narrativa da administração de que o DEMAÉ não será extinto – bom, isso não está escrito em lugar nenhum lá – e

que inclusive o DEMAÉ vai fazer novas atividades, mostra então a falta de conhecimento do passado do DEMAÉ, porque o DEMAÉ já faz isso, foi referência inclusive em monitoramento ambiental. Os nossos técnicos não fazem mais monitoramento ambiental porque eles estão saber onde? Operando estações de bombeamento, operando estações de tratamento de água, operando estações de tratamento de esgoto. A gente só não está fazendo mais monitoramento porque a gente está num estado tão precário de gente, que a gente tem que tirar um técnico altamente qualificado para fazer operação numa estação. E o DEMAÉ remanescente – se ficarem essas 532 pessoas que são tipo a Laura, a Gláucia que entraram agora no DEMAÉ, elas vão ficar, coitadas, nós vamos sair – não tem condições de reassumir o serviço. Assim como aconteceu com o DMLU: passou uma lei aqui na Câmara, o DMLU, de 3.000 cargos, passou para 71 cargos. Quer dizer que dá qualquer problema no DEMAÉ, vai fazer o quê? Vai fazer nada, não tem o que fazer, pois 71 pessoas não conseguem nem fiscalizar os contratos. Então é muito complicado isso, a gente gostaria que vocês... é um assunto em que a gente tem que refletir muito, é um passo muito arriscado.

O DEMAÉ vem pedindo, o DEMAÉ tem feito, até as direções do DEMAÉ têm pedido, gente, reiteradamente, desde 2017, e negado. É pedido e negado, ou senão, botam três, quatro pessoas; entra um engenheiro, entra um cargo de nível médio, mas cargos operacionais, que são o que vocês veem na Cidade, não tem concurso desde 2014. Então aqui tem o pedido urgente de 2 de junho de 2022, aquele que diz que nós vamos entrar em colapso agora em 2023; a declaração do secretário da Fazenda dizendo que não tem repercussão financeira essa contratação, esse concurso, e o prefeito, em dezembro, nega o concurso. Agora foi autorizado realizar concurso para 33 vagas, em agosto de 2023. Então, até o final do ano, nós não vamos ter essas pessoas trabalhando. **E a necessidade urgente, se vocês forem somar aqui nesta tabela, dá em torno de 400 servidores; urgente, não estou falando em necessidade ideal, é necessidade urgente.**

Outra realidade é que o DEMAÉ, desde 2019, como eu tinha falado, incorporou as funções do DEP. Na época, vieram 58 servidores, e a gente resolveu fazer



assim: “Mas quantas pessoas precisariam para fazer as operações de drenagem aqui na cidade?” Então a gente pegou uma referência do SNIS que diz assim: é 0,29 trabalhadores para cada mil habitantes, fazendo aqui, para a realidade de Porto Alegre, nós tínhamos que ter 400 servidores fazendo isso. Se nós somarmos os servidores que têm agora e mais os terceirizados, nós não temos isso. Então a gente meio que faz milagre, porque, desde aquela época, a gente conseguiu reduzir os alagamentos muito pela questão da dragagem, consertos de redes que há muitos anos não eram feitos, limpezas preventivas. Agora, nós temos uma confiabilidade... Na época, quando o DMAE assumiu o DEP, se acontecesse um evento catastrófico, sabe qual era a probabilidade de funcionamento das estações de bombeamento de pluviais? Quarenta e quatro por cento, ou seja, podia ligar, não podia ligar, podia dar certo, tinha estação sem telhado, tinha estação sem operador, tinha estação sem motor, sem bomba. E o DMAE foi pegando, vocês podem olhar na cidade todas que estão pintadinhas, todas bonitinhas, branquinha, azul, tem um padrão bem legal que ficou, todas elas foram recuperadas. E, agora, até o final do ano, as 23 casas de bombas pluviais, que a gente chama de EBAPs, vão estar automatizadas, podendo ser feito controle remoto. Ontem mesmo, a gente visitou lá o CSO e está lá o painel para quem quiser, eu acho que é uma coisa bem legal de fazer: os vereadores irem lá visitar, o painel agora das casas de bomba que está em funcionamento, estão em fase final. E a confiabilidade agora é de 85%, nunca baixou isso, desde que o DMAE assumiu e ficou seis meses consertando, arrumando, ela nunca baixou, e a tendência, inclusive, agora é melhorar.

E as comportas que fecham os portões foram todas recuperadas, foram R\$ 500 mil só em recuperação de comportas. Então, agora, eu digo que o sistema de proteção contra as cheias funciona. Vocês devem ter visto as dragagens, as dragagens melhoraram muito a questão, só não foi dragada onde não tem acesso, que, realmente, tu vais lá no acesso e cai uma casa, cai... Então tem risco e isso não foi feito. Agora onde há acesso estão sendo feitas as dragagens. A realidade é que o DMAE, com poucos servidores, conseguiu fazer uma coisa legal. Vou acelerar um pouquinho mais, desculpe.

**SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER:** Voltando aos argumentos e ao contraponto, então, nós temos o histórico de aplicação de recursos em 10 anos. A média anual em drenagem é de R\$ 64 milhões, isso que os recursos que iam para o DEP muitos eram do próprio DMAE, que era da tarifa três do esgoto misto. Então, investimentos de água e esgoto de R\$ 100 milhões e 72% de cobertura de esgoto e os 50% de efetivo, isso é o que o a gestão apresenta. E que nós levaríamos 37 anos para universalizar, enquanto que todos, principalmente o setor privado, consideram a solução individual, que está prevista na Lei do Saneamento e no marco, e o DMAE não considera a solução individual, que passará a contabilizar isso a partir do final deste ano. Então esse número não está de acordo com a realidade.

O nosso contraponto é que evidencia o problema de gestão. Os investimentos em Porto Alegre foram intencionalmente segurados nos últimos sete anos. O DMAE tem R\$ 300 milhões em caixa hoje, apesar de ter uma modicidade tarifária e precisando de ter um reequilíbrio.

Nós temos a realidade em investimentos, isso mostra bem o decréscimo das gestões recentes. de reduzir os investimentos. E também isso acaba refletindo na perda de faturamento, porque, diminuindo os servidores, isso acaba refletindo. Também temos o período da pandemia, que a inadimplência passou de 20%.

Mesmo nesse cenário de redução de pessoas e com possibilidade de buscar recursos da União a fundo perdido, o DMAE acabou a gestão priorizando a parcerização e deixou de buscar recursos, em alguns processos que foram selecionados em 2017 ainda. Então ele deixou de buscar R\$ 40 milhões em perdas. A própria ETA do Arado foi priorizada, porque realmente era um anseio de toda a população e os estudos do DMAE já são de 2013, desde quando foi descomissionada a Estação da Lomba do Sabão, os estudos do DMAE já indicavam isso. Então, nós temos aqui no Diário Oficial da União, desse processo seletivo de 2017, e depois a construção da ETA, para os problemas da Zona Sul, principalmente na Lomba.

Então, o DMAE deixou de receber R\$ 150 milhões de recursos para projetos de esgotamento sanitário e outros; R\$ 144 milhões para CE Sarandi; recursos perdidos para os UCs Navegantes em torno de R\$ 7 milhões. E a Prefeitura também deixou de investir R\$ 120 milhões no Sistema de Proteção Contra Cheias, que era o DrenaPOA, recursos que eram do PAC Prevenção ainda. Então, esses recursos realmente acabam refletindo em toda a cidade. O Sistema de Proteção Contra as Cheias de Porto Alegre, com todas essas casas de bombas, com os diques, com o muro; o polêmico muro da Mauá, que foi implantado pelo DNOS, na década de 70; hoje, em valores atuais, ele é próximo de R\$ 5 bilhões. E isso, quem está dando manutenção é o DMAE, com a sua força dos técnicos e com os 58 servidores que vieram do DEP, e desses 58, acho que 50% já se aposentou. Então, na verdade, o DMAE que está assumindo essa obrigação, digamos assim, que faz parte, dentro das quatro modalidades do saneamento. Então é isso que o DMAE deixou, a Prefeitura abriu mão desses recursos.

E o histórico do DMAE, a realidade, o que é que o DMAE já fez, e isso que é um alento para a cidade, que ele tem capacidade técnica e a sua força de trabalho para fazer algo como foi feito no PISA, que, em valores atuais, o PISA é R\$ 1,4 bilhão. Então, a cidade de Porto Alegre que desenvolveu o Programa Socioambiental capacita o DMAE e a cidadania porto-alegrense a desenvolver outros projetos desse mesmo nível.

Agora, recentemente, então, o BNDES, com a atual gestão, está mudando as diretrizes, não só priorizando o parceiro, mas, sim, as gestões públicas, então o BNDES vai numa linha de crédito de R\$ 30 bilhões para estados e municípios. A pergunta que fica, a dúvida, é se o DMAE, a gestão vai deixar de buscar esses investimentos, para justificar a concessão? O DMAE está buscando recursos? O DMAE tem projetos? Ele tem condições de entrar nesses processos seletivos, e, realmente como tem todo um histórico, a própria Agência Nacional de Águas, que hoje ela tem uma função que é colocada em dúvida, como agência ou uma própria relacionada aos recursos hídricos, ela disponibilizou, há um tempo, recursos, a fundo perdido também, do Programa de Despoluição de Bacias. O

DMAE foi muito eficiente nisso, conseguiu recursos também, tanto para a Serraria como para o Sarandi. Então, a capacidade, os estudos e os projetos que o DMAE tem dão amplas condições de a Prefeitura buscar esses recursos. É isso. Vou passar para a colega Sandra.

**SRA. SANDRA DARUI:** Agora são os finais. Esses aqui são os valores dos compromissos contratados. Então, R\$ 1,69 bilhões para água; isso seria a conclusão do BNDES; esgoto R\$ 1,98 bilhões; e o excedente da outorga ficaria com a questão da drenagem. Isso é uma dúvida que a gente tem. Pelo novo marco legal de saneamento, com relação a água e esgoto, a gente pode usar os recursos para um e financiar o outro, um subsidiar o outro; mas com relação à drenagem, não. Está bem claro lá que para drenagem tem que buscar a sua arrecadação própria e o seu subsídio, através de tarifa ou seja lá como é feito. Então, fica a dúvida, porque acho que, legalmente, isso não é possível. Uma das inseguranças jurídicas que a gente tem é justamente isso.

Aqui diz que será universalizado 96% em dez anos, o que seria necessário para investir na drenagem seriam R\$ 4 bilhões, pela conta daria em torno de R\$ 109 milhões ao ano, que sobriam dessa outorga aqui para fazer investimento em drenagem.

Na prática, nas planilhas elaboradas pelo BNDES, foram usadas muitas premissas que não são do DMAE. Erros grosseiros. Exemplo: as adutoras da cidade. Como são compostas as adutoras da cidade? São de um material que o DMAE não tem nenhuma metragem daquilo. Quer dizer, então, que eles fizeram todo o custo do futuro, dos 35 anos futuros, com material que o DMAE não usa? Quem usa esse material é a Corsan. Então, qualquer desses municípios que tu olhares em que a Corsan faz obras, ela usa esses materiais; o DMAE não tem, a gente procurou, não tem nenhum um metro daquele de tubo ali. O PMSB de 2015, então, que é o nosso grande, na verdade a nossa bíblia do saneamento aqui, que é o nosso guia, dá o nosso diagnóstico, dá os nossos prognósticos, quais os investimentos, ele está mais verdadeiro do que essas premissas que eles colocaram na planilha. E nesses cálculos que o BNDES fez, eles ignoram

os investimentos que a gente fez desde 2015, que estavam lá previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico que a gente fez. Então, ficou muito parecido com o nosso valor do BNDES só que não atualizado, então ficou engraçado.

E, para financiar a drenagem urbana, é necessária uma nova política tarifária, que o novo marco legal prevê – ele prevê isso. E outra coisa é que o excedente da outorga não tem nenhuma garantia, e olha o caso da Corsan: teve um só participante no leilão, e o ágio foi de 1,1%. Quer dizer que não sobrou nada do que tinha, pode não sobrar absolutamente nada para fazer isso, pode dar tudo errado e não ter nenhum valor para drenagem. E R\$ 69 milhões, que vão ficar para drenagem por ano, o DMAE, até o final do ano, vai gastar quase que isso. Então, na verdade, não vai ter investimento nenhum, esses R\$ 109 milhões vão ser para fazer o sistema operar, quanto muito vai dar para fazer alguma melhoria em alguma casa de bomba.

Então, eles dizem que o DMAE, sem parcerização, a tarifa vai aumentar em torno de 21%, a drenagem não vai ter contratações de novos empreendimentos, o DMAE não vai fazer monitoramento e gestão ambiental; e, a universalização do esgoto, se ficar com o DMAE, vai ser em 37 anos. Na verdade, não é isso, a administração argumenta que o DMAE não tem condições de fazer a partir das receitas próprias – é verdade isso, a partir das nossas receitas, R\$ 300 milhões, não dá para fazer isso, a gente concorda com isso. A gente tem que fazer o que a gente sempre fez, a gente vai buscar financiamento, porque a gente é solúvel, a gente paga os financiamentos e a gente tem condições de buscá-los. Assim como o parceiro privado vai fazer, ele assina o contrato num dia, no outro dia, ele vai num BNDES ou vai em algum organismo para pedir o financiamento; nós vamos fazer a mesma coisa. E é possível, sim, a gente atender o marco legal, basta a gente ter autonomia e a nossa gestão ser eficiente.

Então, um pouquinho dos números assim que... esse *slide* o governo não apresenta mais. A gente pegou dos valores que tem lá na apresentação do BNDES. Então, o valor inicial do leilão está previsto para R\$ 400 milhões. Só para vocês terem uma ideia, o DMAE arrecadou, no ano passado, mais ou

menos R\$ 800 milhões. Ou seja, o lance inicial do leilão é metade do valor que o DMAE arrecada num ano? Poxa, então bem complicado isso.

Valores estimados para investir na concessionária, em 10 anos... Aquele *slide* que tinha antes, estão aqui os valores, então, são R\$ 4,1 bilhões – que é Capex, que a gente chama, que é investimento, é obra –, e mais os custos operacionais, os 35 anos dariam em torno de R\$ 12,6 bilhões – que a gente chama de Opex –, e mais uma outorga que seriam R\$ 3,5 bilhões, no montante, isso aqui daria um total de mais ou menos R\$ 20 bilhões. Esses valores estimados são arrecadados pela concessionária, pelo parceiro, que a gente chama, durante 35 anos. Então, os valores que eles vão arrecadar, isso assim, colocando valores da tarifa presente, vai dar em torno de R\$ 29,8 bilhões, isso se eles não economizarem com nada, se eles pagarem bem os funcionários, se eles comprarem um material legal, se eles fizerem a obra bem feita. O lucro estimado dessa concessionária, então, vai ser R\$ 9,51 bilhões, que vai para quem? Vai para os acionistas. A gente diz que o privado executa muito bem. Semana passada, nossa obra maior que o DMAE está executando, a Ponta do Arado, da ETA, parou. Agora o contrato foi rescindido, DMAE agora vai ter que rellicitar ou vai ter que chamar o segundo, não sei o que vai acontecer. Levaram-se muitos meses até a direção do DMAE decidir que ia fazer isso, e a obra ficou parada por 10 meses. Então, essa obra era para estar pronta agora em 2024, ela não vai ficar pronta, a gente já sabe que não vai ficar pronta. E é o parceiro privado, que é legal, que fez bem a obra; não fez por falta de capacidade. Então, na prática, o concessionário não vai fazer os investimentos, isto já está acontecendo na Cedae, eles colocaram a metragem de redes e coletores, tronco, emissários, não vão fazer, vão fazer coleta em tempo seco, então isso vai reduzir bastante o que eles vão investir, isso não estava lá no estudo do BNDES inicial. Paga menos pelas obras e pelos funcionários e presta um serviço mais deficiente. A concessionária vai repassar nesse estudo R\$ 1,23 por metro cúbico de água que o DMAE vai fornecer tratada. Lá no rio, em um dos blocos, são 1,87/m<sup>3</sup>, no outro são 1,78/m<sup>3</sup>. E tem um estudo, dentro do DMAE, que diz que nós gastamos 1,74/m<sup>3</sup>. Como é que nós vamos receber 1,23/m<sup>3</sup>, se a gente, agora, gasta

1,74/m<sup>3</sup>? É complicado isso aqui; e o lucro do DMAE, agora, é todo reinvestido em saneamento ou em alguma coisa da cidade, assim como o DMAE, várias vezes, já adiantou algumas das tarifas para, na época do DEP, ajudar a cidade. Na realidade, isso aqui é um grande apanhado do DMAE; agora, se a gente usasse o PMSB, assim, mas por que vocês são contra? Vocês não apresentam nada? Não, esse *slide* aqui diz tudo o que a gente quer dizer. Por que a gente diz que o DMAE tem condições de fazer isso? Porque o DMAE já tem rede separando esgoto sanitário, já tem rede separadora em 73% da cidade e rede mista – se somar a cobertura –, dá 90% da cidade. Então, nós temos que fazer rede em 10% da cidade, rede coletora em 10% da cidade.

Tem uma parcela da população que já possui tratamento de fossa e filtro e que nos leva tratamento a 78% – está aqui embaixo, depois – e, apenas água, tem só 10%, que é aquele que, realmente, o usuário só tem água. Só que, nesses lugares, se vocês forem analisar, o usuário não tem arruamento, não tem paralelepípedo, não tem drenagem, não tem nada; só tem água. Então, em muitos lugares da cidade, a única conta que o consumidor tem para provar, que pode consumir, em algum lugar, é a conta do DMAE, conta d'água do DMAE. Então, a nossa capacidade de tratamento de esgoto instalada já é 80%, e nós temos investimentos necessários, principalmente, nesse centro. Então, o que Porto Alegre precisa para chegar a 96% de esgotamento sanitário? Tem que fazer o segundo módulo do SES Sarandi, aumentar o tratamento lá no Navegantes, porque ele vai pegar uma parte. O DMAE não pode mais, agora, e, nem essa concessionária, aumentar tanto o Sarandi, porque nós não podemos mais jogar efluentes no Gravataí, nós temos que fazer uma obra que jogue no canal Navegantes; e falta cobertura de rede na Zona Norte. E, na bacia do arroio Cavalhada, faltam redes, ainda, e coletores tronco, e isso aqui, mais ou menos, daria 1,12 bilhões, podendo-se, inclusive, utilizar o que o rio vai fazer agora, coleta em tempo seco.

Nós temos um exemplo de um estudo que o DMAE já tem, ali na saída do fórum, tem a EBAPI 16. Faz uma caixa de coleta em tempo seco, pega uma boa parte de uma – que a gente chama de língua preta – que tem ali no Rio, pegaria uma

boa parte, e a gente teria condições de atingir o Novo Marco Legal do Saneamento até 2033. Na água, a gente já tem a universalização, e os investimentos são necessários, que, na verdade, o que são? Para substituir equipamentos que estão ruins, para terminar a obra da Ponta do Arado, aumentar um pouco a reservação, a gente tem sistemas deficientes em reservação, principalmente na Zona Sul, extremo-sul, e a substituição de redes que são mais antigas.

Então, seria em torno de 1 bilhão, e, ainda, o DMAE está investindo, agora, 300 milhões no Ponta do Arado. Então, até o final da obra, vai ser em torno de 300 milhões. Na drenagem, então, na prática, o valor repassado pela concessão vai ser apenas suficiente para cobrir os nossos custos atuais. Não tem *superavit* para investimento ali, só se o ágio for muito grande.

**SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER:** Só para dar uma explicação sobre o PMSB, que é o Plano Municipal de Saneamento Básico, o atual é de 2015. Então, a própria lei do saneamento tem como previsão que os planos são avaliados, anualmente, e revisados a cada quatro anos. Então, o DMAE tem feito, ano a ano, as avaliações, e, a revisão, que se daria em 2019, coincidiu com a gestão de repassar isso para o BNDES, que era o escopo do estudo do BNDES: atualizar e revisar o plano – isso não aconteceu. Posteriormente, em 2021, a gestão atual, o diretor, criou um grupo para fazer, também, a atualização do plano. Esse grupo, por portaria, ficou um ano e não desenvolveu os trabalhos. Semana passada, agora, a atual direção do DMAE – também é reflexo dos 300 milhões em caixa e do apontamento do Tribunal de Contas – disse assim, não; faz o termo de referência, coloca isso na rua, vamos contratar os estudos para fazer a revisão. Então, é esse o cenário, hoje, do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O Plano Municipal de Saneamento Básico engloba as quatro modalidades: esgotamento sanitário, abastecimento, drenagem e resíduos. Então, isso vai ser feito agora, provavelmente, conduzido pelos técnicos do DMAE, dentro dessa portaria, com os demais participantes, os que restaram do DMLU. É isso.



**SRA. SANDRA DARUI:** Apesar do contrato ter sido aditivado em 2 bilhões com o BNDES, eles não vão entregar o Plano. Então, ótimo, né? Argumentos, então, para a privatização, que não vai ter aumento de tarifa, então, na verdade, a Cedae já está pedindo 2 anos de contrato, pediu o reequilíbrio econômico na tarifa. DMAE permanece prestando serviço à população com o controle da água. Não, nós vamos perder o controle da água, porque se fizer qualquer coisa no esgoto, ele vai refletir nas nossas estações de tratamento, e nós é que vamos levar a culpa. O patrimônio existente continua sendo público, então a gente quer dizer que o patrimônio não é de um governo, que o patrimônio, os ativos do DMAE são da população de Porto Alegre. O patrimônio constituído pelo parceiro também será público? Não, porque ele não vai utilizar, nós vamos continuar utilizando os mesmos prédios do DMAE, e é até uma das grandes dúvidas, onde é que eles vão começar a atuar. Aquilo que eu falei no início. O parceiro é um prestador de serviço, é um proprietário, realmente, não é mesmo, né? Isso a gente concorda, e eles dizem que é irreversível, não é reversível, nenhum contrato até agora foi reversível, nenhum deles foi, porque é o que eu disse, nós com trezentas e cinquenta e poucas pessoas, nós não temos condições daqui a 10 anos em retomar o serviço e nem a Prefeitura vai contratar 1000 servidores para poder dar conta disso, então, porque arriscar num contrato de 35 anos com uma premissa de que é reversível, então qualquer rompimento disso e é o caso de Uruguaiana, por exemplo, é multa milionária, Uruguaiana não rescindiu por causa disso, não é reversível. Em caso de fracasso, vai ter que ser um novo contrato, uma nova concessão, um contrato emergencial, como está acontecendo com o DMLU, então, não é irreversível. O pessoal foi visitar a Cedae, pessoal do DMAE, até o próprio prefeito foi visitar a Cedae, no Rio de Janeiro. Na verdade, as notícias da Cedae não andam muito legais, o DMAE modelo apoiado é alvo de reclamações no Rio de Janeiro, privatização do saneamento em janeiro levou tarifa e não cumpriu a promessa de universalização. Reclamações sobre o aumento na conta d'água sobem mais de 500 % em um ano e tem outra coisa que subiu na comparação entre os primeiros é a o lucro em uma das empresas, que eu vou não vou dizer o nome, é Aegea,

subiu R\$ 323 milhões. Então, é isso. Notícia de ontem, a gente colocou hoje de amanhã. Espuma no Guandu faz Cedae interromper abastecimento, 13 horas sem abastecimento. Quantos milhões, não sei quantos milhões... R\$ 3 milhões, foi uma boa parte do estado do Rio de Janeiro. Nós entregamos um ofício em março de 2023, questionando esse modelo da Cedae, então, nós temos 41 perguntas, nós oficializamos. A direção do DMAE tem o número dos processos, ao conselho deliberativo do DMAE, e nós encaminhamos para a Câmara também, através desse processo. Parece que só passou pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente. A gente pediu pra passar por todas, mas ficou lá. Então, até o momento, essas perguntas não foram respondidas pela direção geral. Essas perguntas são assim: o que vai acontecer com os servidores? O que vai acontecer se der errado isso? O que vai acontecer... Até onde vai o concessionário? Perguntas, o que a gente tem dúvidas, mas não nos responderam. Então, este aqui é o último slide da apresentação do governo, ele diz: DMAE parcerização, maravilhoso, tudo funcionando bem. DMAE sem terceirização é um DMAE acabado, né? Um DMAE que vai ficar, que a gente não sabe o que vai ficar fazendo. E terminando, então, isso não é uma luta de agora, não é uma luta de hoje, nem desse ano, nem desse governo, nem do... Então é desde 2017, quando o governo Marchezan encaminhou um PL, na época, e desde lá a gente vem... Então esse aqui foi a entrega... A gente entregou 3 representações do Ministério Público, essa foi a de 2018 que resultou nessa imputação do governo Marchezan. Nós entregamos este ano duas representações, uma contra o contrato do BNDES, outra contra o sucateamento do DMAE e a própria contratação e o que envolve o estudo do BNDES. Nós temos várias entidades que são parceiras, agora já, nós fizemos uma... O governo fez uma apresentação no Senge num dia e nós fizemos no outro, e o Senge se manifestou contrário à privatização, inclusive da Corsan e a do DMAE. A mesma coisa o IAB, o governo pediu uma para fazer uma apresentação no IAB e quando o IAB convidou a gente, o governo desistiu de ir...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. SANDRA DARUI:** É Sindicato dos Engenheiros. Fomos só nós, e o IAB depois fez uma nota de apoio aos servidores contra a privatização também...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. SANDRA DARUI:** Isso, inclusive participou a Agesan, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, que disse lá, até saiu uma notícia de que realmente, que ele leu, um dos diretores da Agesan leu e que achou muitas inconsistências, que é o que a gente está dizendo aqui, é, do estudo do BNDES, inclusive. E foram criadas duas frentes parlamentares, uma Frente Parlamentar aqui na Câmara pelo Ver. Jonas Reis e uma na Assembleia Legislativa, pelos vereadores e pelos deputados Miguel Rossetto e Sofia Cavedon. Aqui nós temos 10 diretores, na época do Senge, quando foi lançado, 10 ex-diretores do DMAE já se manifestaram contra; dois, infelizmente, já faleceram, o Dib e o Dieter, mas que, se estivessem vivos, estariam nos defendendo até agora.

Nós temos mais de 6 mil camisetas vendidas, desde 2017; nós fazemos apitaços, manifestações, onde nos convidam a gente vai, a gente mostra, porque temos convicção de que a nossa luta é uma luta para cidade. Não é uma luta para nós. Eu, servidora, sou engenheira do quadro. Se eu sair do DMAE, eu vou para outro lugar da Prefeitura. Eu vou ter... eu já trabalhei em outros lugares da Prefeitura. Mas tem cargos no DMAE de servidores, que eu não sei o que eles vão fazer, porque são cargos exclusivos do DMAE. Então, no mínimo, essas pessoas vão perder alguma coisa e não vão ser úteis para Prefeitura. Infelizmente as pessoas não vão ser úteis. E aí a atual direção do DMAE saiu por aí dizendo que nós somos favoráveis. Não, 900 servidores daqueles mil e poucos que há já assinaram o abaixo-assinado contra a concessão; nós vamos entregar para o prefeito, vamos marcar uma agenda e entregar para o prefeito. Eu quero pensar que o prefeito não está bem informado, talvez ele não saiba o que a gente está apresentando. A gente até gostaria de marcar uma reunião com ele, a gente quer dizer isso. Talvez ele não esteja sabendo, não estão dizendo toda a verdade. O Ver. Pablo está aqui, acho que até é interessante dizer, a

gente quer fazer essa apresentação. Nós temos que entregar, inclusive, esse abaixo-assinado.

Então só uma mensagem final, a gente sempre faz uma mensagem final onde a gente apresenta. Como servidores do DMAE e moradores – eu moro na Zona Sul de Porto Alegre –, vivemos dias de profundas incertezas quanto aos rumos do saneamento de Porto Alegre. Imaginem nós, servidores do DMAE que todo dia lidamos com isso. Então, o passo proposto pela administração municipal, e agora defendido pela direção atual do DMAE, é uma decisão política e não técnica, e trará consequências gravíssimas ao Município, principalmente ao erário público. Não tem vantagem econômica para o Município. Nós vamos ficar refém de um monopólio privado, sem reversão. Aprovar essa autorização para concessão do DMAE é assinar um cheque em branco. Não virá para vocês o que a gente está apresentando aqui; virá um PL autorizativo, dizendo: vocês autorizam a gente a conceder o DMAE? Não vai ter essa explicação que a gente está dando para vocês. Portanto, contamos com apoio da CUTHAB, em especial, porque é muito importante, assim, onde tem regularização fundiária, eu sempre digo para as pessoas assim, tu tens que lutar pelo quê? Tu tens que lutar pela casa. Quando vem a casa, vem a rua, vem arruamento, vem o poste, vem o esgoto, vem a água, vem a drenagem e vem à saúde. Quando eu tenho tudo isso, a gente tem saúde. Então, a CUTHAB é muito importante nisso e toda a Câmara de Vereadores para manter o DMAE público. A gente pode construir uma solução que permita atender e superar o Marco Legal. Agora o Adriano quer falar, depois a gente vai botar um vídeo.

**SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER:** Só para deixar é bem claro o que é o monopólio. A gente fala em monopólio natural, na verdade, são os serviços que são muito caros e precisam de muitos investimentos e nenhum parceiro privado tem condições de realizar. O saneamento se enquadra no monopólio natural, uma distribuição de gás, uma ferrovia, uma rodovia, você não vai encontrar duas redes de água ou duas redes de distribuição elétrica dentro da mesma cidade. Então, isso é obrigação, é o dever do Estado, porque o Estado

tem condições de fazer esses investimentos pesados. Depois que esses investimentos são pesados, a concessionária vai se beneficiar de um bem que é público. A nossa preocupação é em relação a isso, que a gestão tem que ser pública, porque os investimentos foram públicos.

Em relação aos servidores do DMAE, diferentemente da Equatorial e da Aegea, hoje, que tem a distribuição de energia e água no Estado, nós somos servidores estatutários; nós não somos celistas. A própria Corsan, com 5.500 funcionários, 1.500 já pediram para sair, então isso vai reduzir, e a Equatorial também sentiu isso, que, com a redução dos quadros técnicos e operacionais, as dificuldades que eles continuam vivenciando hoje, no início foi bem pior. Por isso que nós defendemos que o DMAE continue sendo público, com reposição dos servidores e investimentos naquilo que o DMAE sabe fazer de melhor para cidade. Obrigado.

**SRA. SANDRA DARUI:** Eu agradeço a todos. Desculpem, a gente pode ter demorado um pouquinho mais, mas a gente tentou reduzir apresentação, mas é difícil. A gente está aberto a perguntas. Tem um vídeo que a gente gostaria de mostrar. É uma série de vídeos que nós vamos fazer, mostrando um minicontraponto de cada eixo. A gente tem um fôlder, depois a gente vai entregar para vocês também, o nosso material é baseado nesse fôlder, a gente fala um pouco sobre cada um dos assuntos no geral.

(Procede-se à apresentação.)

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Gostaria de agradecer a organização, a disponibilidade de vocês virem aqui, é de interesse público a gente ter acesso a essa alternativa daquilo que vem sendo apresentado, acho que temos que utilizar de todas as nossas comissões, porque é um debate fundamental, e o que vocês trazem é muito valioso, no sentido de ser além do sindicato, são trabalhadores que entendem de uma dinâmica de trabalho e de investimentos e que precisam ser considerados para a gente não tomar nenhum

tipo de decisão no escuro. Por final, eu queria parabenizar por este vídeo. Um dos principais problemas desta comissão hoje é ter acesso às contas do custo do transporte coletivo na cidade, a gente não tem acesso. Já foram contratadas duas auditorias por parte do Município, e é muito nítido isso, eles não apresentam qual é o lucro que eles têm em cima daquele serviço que é prestado. Todas as leis do Município são desrespeitadas em relação ao transporte, e, nesse sentido, colocar que tem muito embasamento isso que vocês vêm trazendo, vêm reiterando sobre a dificuldade de ter uma transparência, uma gestão participativa em torno daquilo que é concedido para a iniciativa privada. O Município de Porto Alegre enfrentou problema com a coleta de lixo, com a medição de água, como vocês colocaram, a estagnação das obras na Ponta do Arado, problemas na realização do contrato da cozinha e da limpeza nas escolas – isso é quase mensal, um problema que a gente fiscaliza aqui na Câmara de Vereadores. A gente está recebendo denúncias em relação aos motoristas dos carros oficiais, do contrato que é feito com Município para o transporte dos secretários, além do contrato hoje que é estabelecido com a ATP – Associação dos Transportadores de Passageiros. Então, temos diversas experiências aqui de dificuldades da Câmara de Vereadores enquanto instituição, que fiscaliza os contratos e as leis, as dificuldades que estão postas – só no DMAE são 300 contratos, imagina em âmbito de Município. Então, acabamos de certa forma ficando refém dessas parcerias.

Queria convidar a comissão de trabalhadores do DMAE para participar das reuniões da CUTHAB, que são realizadas dentro das comunidades – sem ser semana que vem, na outra, a gente tem uma agenda, a partir das 18h30min, lá na Ponta do Arado, para tratar do projeto de micro e macrodrenagem dentro da região. É uma reunião convocada pelos moradores para buscar informações por parte do governo do governo Melo em relação à continuidade daquelas obras, e eu acho muito importante ter o ponto de vista do porquê da demora, por que as coisas não se resolvem no tempo que a população muitas vezes nos demanda enquanto comissão. Nós trouxemos para esta Casa, recentemente, o debate da instalação de uma fossa coletiva, lá no acesso 1 da Estrada Barro Vermelho, e

conversando com o engenheiro Faccin, foi colocado... Enfim, está acontecendo a obra, com pressão e luta da comunidade, mas foi muito importante a gente ter as informações do porquê da dificuldade de conseguir ter o projeto, a dificuldade de conseguir utilizar um contrato hoje em vigor para utilizar... Era meio quilômetro de asfaltamento e de instalação de rede que a gente precisava, e a gente está conseguindo, com luta, com pressão e também com informação, trabalhar isso com a população, a importância da população fazer a defesa do serviço público, porque é aquela hoje que está com todas as dificuldades, que precisam ser debatidas, vêm garantindo o direito. Eu queria também deixar, como sugestão de encaminhamento, uma reunião. Vocês estão solicitando uma reunião com o prefeito, não é? Recentemente, o procurador-geral do Município, Sr. Roberto Rocha, se colocou para fazer algumas mediações de algumas lutas que o nosso mandato vem enfrentando, desde a Casa do Estudante Indígena, mais recentemente também ele se propôs a fazer uma mediação com os bares da Rio Branco. Eu acho que é um canal, Pablo, interessante para a gente, ainda mais que é de interesse da PGM defender o erário, para eles é fundamental ter acesso a essa apresentação que vocês elaboraram. Então, sugestão de encaminhamento desta comissão: que a gente consiga organizar essa ponte com PGM para também fazer essa apresentação em âmbito de trabalhadores do DMAE para o governo ter, minimamente na agenda oficial, que a gente fez essa tentativa, teve essa iniciativa por parte de vocês. Neste momento agora a gente abre as inscrições, tanto para os vereadores se manifestarem, quanto para o público presente; depois as questões que forem levantadas, a gente garante mais uma rodada de intervenção para as representações dos trabalhadores que aqui estão. Boa parte da nossa comissão se fez presente; então, a gente tem quórum; ao mesmo tempo boa parte dos vereadores vão ficar até o final para gente conseguir garantir minimamente um debate de ideias, que era a nossa proposta inicial, mas para os vereadores que aqui estão, está colocada a palavra, caso vocês queiram intervir.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Bom dia a todos e todas. Eu já conhecia a apresentação, mas o que a Sandra colocou, essa questão da dúvida, talvez o prefeito não tenha essas informações. Aqui as informações são muito ricas; então, só reforço, Karen, esse encaminhamento da comissão. Eu acho que, sim, pode ser primeiramente com o procurador, mas obviamente tem uma decisão política, não é tanto uma decisão... É técnica também, Ver. Pablo, não porque és filho do prefeito, não é isso, não queremos usar a familiaridade, é um vereador, mas também, nesse caso, acho que se o prefeito leva adiante essa concessão, privatização, enfim, não vamos debater os termos aqui, que leve, de forma informada, sabida, porque realmente os reflexos são muito grandes; parece, para não deixar de exprimir uma opinião, no mínimo, toda a tendência mundial de reestatização dos processos de privatização que aconteceram na Europa, nos Estados Unidos, no mínimo isso levantaria uma dúvida assim, se nós não estamos com 15, 20 anos de atraso nessa pauta, porque estados e municípios já fizeram isso, não precisa nem citar aqui, Barcelona, Atlanta, Paris, etc. Então, se fizeram, por que fizeram, como explicar por que Porto Alegre vai ser diferente de outros processos que aconteceram. Então, só a dúvida já merece uma atenção mais que redobrada. Então, a sugestão de encaminhamento, Karen, eu colocaria também um convite; eu vou dizer mais aqui, sei que é um tema que, pelas frentes parlamentares, por um tema, digamos, que se tornou, infelizmente alguns taxam como ideológico; por isso que a gente sempre lembra a presença do Dib, um vereador de direita, vamos assim, e estava presente, um apoiador Então, a gente sabe que talvez um pedido de reunião com o próprio prefeito pode soar, digamos assim, como um espaço de disputa política. Eu acho que aqui a comissão poderia, Karen, justamente usar da sensibilidade para dizer: olha – vou arriscar uma fala aqui –, uma reunião sem foto, uma reunião com o prefeito. O Ver. Pablo, já que faz parte do governo, uma reunião para se informar mesmo, não é uma reunião para fazer discurso, uma reunião sem foto, pode ser pactuado isso, será que não temos direito de ter uma reunião sem foto, sem registro. Eu sei, Karen, digo isso porque eu quero o melhor, a melhor decisão. Discurso, a gente pode fazer, faz vídeo, faz tudo, mas



será que não temos o direito de sentar, a comissão: “Olha, prefeito, esses são os dados”. E não é uma reunião secreta, é só uma reunião em que... Depois podemos fazer uma outra com discursos, com falas, enfim, posicionamentos ideológicos, mas eu colocaria, Karen, um pouco nas tuas mãos assim essa sensibilidade sobre isso, buscar talvez, estou chamando aqui de uma reunião sem foto, está bem? Mas, enfim, acho que fica o encaminhamento nosso, eu dou acordo aqui para uma reunião com o Executivo para que sejam apresentados esses dados todos, muito ricos, importantíssimos.

**VEREADOR PABLO MELO (MDB):** Bom dia a todos; esse debate é extremamente importante; primeiro lugar, estamos amadurecendo o entendimento do que deve ser feito; acho que essa é uma pauta também majoritariamente técnica, números. Eu não vou entrar na ideologização desse processo de reestatização; de fato, tem acontecido ao longo, no mundo inteiro, principalmente na Europa; em segundo lugar, quero dizer para vocês que também, tanto não entro nessa questão ideológica, que todos os espectros políticos já governaram Porto Alegre, inclusive a Frente Popular, que é uma frente ideológica política, da qual faz parte a Ver.<sup>a</sup> Karen, o Ver. Marcelo Sgarbossa, mas... (Problemas técnicos no som.) ...também governaram Porto Alegre, e não foi resolvida, durante esse período, a questão da universalização do saneamento na cidade. Então eu tenho certeza de que os governos que antecederam o governo Melo tentaram fazer o melhor possível pela cidade; passou o Fogaça, passou o Fortunati, o Marchezan, estamos no governo Melo, e tenho a convicção de que nós temos que amadurecer, Ver.<sup>a</sup> Karen, este debate; eu sou um dos parceiros, eu acho que democracia a gente faz com mais democracia, ter a democracia é respeitar quem pensa diferente. Então, nós temos que ter um debate maduro quanto à situação, e, aqui, a Câmara de Vereadores é o local para nós fazermos as grandes discussões da cidade. Então, da minha parte, Ver.<sup>a</sup> Karen, seja com o prefeito, seja com o procurador-geral... Nesta comissão aqui a maioria é governista, mas, que nem a senhora falou, infelizmente os outros demais não puderam ficar. Eu sou um dos vereadores que

me coloco à disposição para estarmos juntos em uma mesa de debate séria, sem ideologização, como eu disse, Marcelo Sgarbossa, para que a gente veja qual é o melhor caminho, que seja mais um debate enriquecedor que nos ajude a construir um caminho para que nós tenhamos a universalização do saneamento e também respeitando os funcionários do DMAE. Cada um, cada vereadora, a Casa aqui, cada vereador tem as suas posições. A Casa tem independência. Cada vereador tem que formar sua convicção sobre qual o melhor caminho possível para a questão aqui do DMAE, no nosso Município. Então, eu me coloco, sim, à disposição para estar junto com vocês, para ver também com os outros vereadores aqui da comissão, somos seis, para ver se topam estar nessa mesa de diálogo maduro, sério, sob uma discussão tão importante que a nossa cidade precisa enfrentar. Bom dia a todos; estamos à disposição.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, Ver. Marcelo, Ver. Pablo, pelas manifestações. Queria abrir para o público, caso alguém queira também se posicionar, trazer algum tipo de questionamento, complementar algo que foi colocado aqui.

**SR. LUIS CARLOS DE ALMEIDA:** Bom dia. Sou o Luis Carlos, do gabinete do Ver. Jonas Reis. Primeiro, saudar a apresentação feita pela Sandra e pelo outro colega, um excelente trabalho que esclarece muito sobre a questão do DMAE, e fazer um convite à frente parlamentar em defesa da água e do saneamento, presidida pelo Ver. Jonas Reis, que estará realizando, amanhã, uma reunião virtual através da plataforma Zoom e também será transmitida pelo Facebook do vereador para debater a situação do DMAE e da Corsan hoje. A reunião estava originalmente prevista para hoje – muitos talvez tenham recebido o convite –, mas, em função do jogo do Inter, que está polarizando as atenções da cidade, então, tendo sensibilidade, o vereador transferiu para amanhã, às 18h30min. Era isso.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada pela manifestação. Próximo inscrito.

**SR. JEFERSON NEVES MACHADO:** Bom dia a todos, eu também faço parte do Cores do DMAE. Me chamo Jeferson Neves Machado, técnico industrial, formação engenheiro eletricitista também, trabalho no DMAE há 23 anos, mais seis de SMOV trabalhando na administração pública também, que hoje, porventura, já está privatizada e não melhorou, né? Não melhorou. Então, reforçando o que foi apresentado aqui, eu queria dizer que eu trabalho no setor de manutenção que estava trabalhando semana passada no Belém Novo, que deu aquele impacto que vocês não sabem. Nós trabalhamos 12 horas, era pra ser 6 horas, então, eu venho aqui só para complementar o que foi dito hoje: a questão da privatização. Com certeza, sou contra, primeiro como servidor, e segundo como morador de Porto Alegre, também. Automaticamente, quem vai ser impactado primeiro com essa privatização? Os bairros da periferia, com certeza. Hoje, reclamam que existe falta d'água, e a gente sabe que existe falta d'água, na Lomba do Sabão, na região sul, que vai ser sanada com a ETA Ponta do Arado, com certeza, com dinheiros públicos, investimentos públicos, não está na conta do BNDES; então isso certamente será sanado e virá como um milagre da privatização. Não é milagre da privatização, isso aí é questão do Plano Municipal de Saneamento Básico que foi feito, que os técnicos do DMAE e a Prefeitura fizeram lá atrás e estão colocando hoje.

A questão da CEEE, por exemplo... Eu vou só dar um exemplo da privatização da CEEE, o impacto que está dando no saneamento. Como eu trabalho com o setor elétrico, tivemos – vou dar um exemplo bem simples – uma falta de energia de quatro horas num bairro de Porto Alegre, aqui no bairro Santana, Av. Ipiranga com Rua Silva Só. Nós demoramos quatro horas para botar. Foi uma estação de primeiro bombeamento que pegou todo o bairro Partenon, Agronomia, eu acho que 17 mil, vários bairros ali, todo Partenon, Agronomia, Jardim Ipê – eu estou falando isso com causa própria de conhecimento. Esperamos desde s 12h45min. Foi um dia que não havia temporal, faltou energia. Às 12h45min, eu, como sou

responsável pelo setor elétrico, fui para lá para saber o que houve. Houve uma avaria na entrada de média tensão. Nós ficamos das 12h45min até as 17h45min para ter o retorno da energia, que era só trocar elos fusíveis. Como a gente não pode mais executar esse serviço, tivemos que esperar a Equatorial. Então é só um exemplo do que está acontecendo, o impacto que está havendo na energia em Porto Alegre no saneamento básico. Primeiro, privatizaram a energia, perderam a *expertise*, coisa que no DMAE já está acontecendo, o pessoal está se aposentando. Para se formar um técnico em saneamento leva dois anos; nós estamos perdendo a *expertise*, porque o pessoal está se aposentando no período do Marchezan. Nesses quatro anos, o pessoal que poderia ficar mais algum tempo foi embora, porque “poxa, eu dei toda a minha vida, e hoje o cara quer privatizar, quer entregar o saneamento”. As pessoas que trabalham no DMAE têm aquela questão de amor pelo DMAE. A gente trabalha às vezes 24 horas, 36 horas, vocês não sabem disso, trabalha 12 horas, trocam as equipes. Nem todos fazem corpo mole, como dizem, “ah, o servidor é vagabundo”, não. Existe água 24 horas na casa de vocês porque durante 24 horas os servidores do DMAE estão trabalhando. Então vão perder a *expertise*, vai cair a qualidade, como já foi dito; vai haver um milagre. Hoje nós temos uma perda, que não foi dita, fora isso aí, perda financeira de 40%, só pela questão de terceirizarmos. Terceirizar é melhor, privatizar? Terceirizamos a leitura. Nós estamos entregando, junto com a privatização, a parte financeira para a privada. Não vai ficar com o DMAE, nem com a Prefeitura, quem vai ser o gestor da parte financeira vai ser o ente privado que vai assumir. Então essa privatização, existem muitas coisas a serem discutidas com a sociedade; é preciso explicar para as comunidades que o problema não são os servidores, não é o DMAE em si. Existem questões políticas, existe a questão do saneamento de investimento, sim, existe, 33 anos. Nós ficamos sete anos sem investimento para alcançar o marco legal, já perdemos sete anos desse período, nós poderíamos estar trabalhando. Se houvesse uma política direcionada à universalização, então, nesses primeiros sete anos, nós estaríamos investindo nisso aí. Então, como os colegas já disseram, o DMAE tem capacidade técnica; são questões políticas –

uns chamam de ideológicas também. Vamos jogar limpo. É a questão econômica. Água, saneamento, hoje, é dinheiro. Hoje se gasta no saneamento, mensalmente, R\$ 15 bilhões, são R\$ 150 bilhões ao ano. Então a questão virou econômica. Nós vamos entregar algo do Estado, que é público, para a sociedade. Nós, como entidade, como autarquia, temos que reinvestir na sociedade. Nós estamos entregando para um ente privado, que, automaticamente, vai querer lucro. Então é inadmissível, é inadmissível nós sermos a favor disso. Me perdoem pela questão de investimento, “ah, questão de dez anos”, nós temos recursos, como os colegas falaram, capacidade de buscar investimento no BNDES, até no BID nós já buscamos investimentos, então o DMAE deve continuar público. Não à privatização. Muito obrigado.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Muito obrigada pelas intervenções. É sempre muito bom ouvir quem está na ponta, porque nos traz uma outra dimensão dos problemas que enfrentam no cotidiano e dá materialidade para essa discussão econômica e política, e qual é o impacto verdadeiro desde a precarização do trabalho de vocês até o serviço que é oferecido na ponta. Muito orgulhosa. Obrigada por ter vindo. Vou passar agora novamente uma rodada de intervenção, já de fechamento para as nossas representações dos trabalhadores, do Cores, do Simpa e deixar já também encaminhada a possibilidade de uma Tribuna Popular. Acho importante vocês levarem isso para o plenário e a gente ir exercitando apresentar uma, duas, três, quatro, cinco; quanto mais a gente conseguir acessar os vereadores, eu acho que mais a gente sensibiliza dessa necessidade de conseguir essa agenda com o prefeito e com a Procuradoria-Geral do Município. A Procuradoria-Geral, acho importante a gente tensionar, Sgarbossa, a reunião, porque é, em última instância, também um debate legal. Se está colocado ali que tem várias irregularidades no documento que foi apresentado, é uma discussão de interesse público, e aí é para além do prefeito. Como o Marchezan já foi autuado pelo Tribunal de Contas do Estado, esse prefeito, ao ser avisado, ao ter toda apresentação e insistir no erro, é crime também de responsabilidade. Então é muito importante os dois

andarem juntos, PGM e Executivo, ali por parte da governança. Vou passar então para a representação dos trabalhadores para suas conclusões.

**SRA. SANDRA DARUI:** Eu gostaria de falar duas coisas na linha do que o Jeferson falou, a questão do colapso iminente que a gente falou e a gente não bateu mais, acho que a gente tem que falar um pouquinho disso. É importante que o concurso que o prefeito autorizou, das 33 vagas, que ele saia, que ele tenha celeridade, que não sejam só as 33 vagas, porque na verdade a gente precisa de no mínimo 400 pessoas, urgente! Então que a Câmara cobre do DMAE que realmente encaminhe o processo, que seja feito, pois ele foi autorizado, então acho que esse é um outro encaminhamento que a gente tem que fazer. Nós temos no DMAE um ano que foi muito muito difícil, que a gente diz que é “o ano que não existiu”, que foi 2017. Para nós aquele ano só representou um ano que não existiu, nós não fizemos nada naquele ano porque nós tínhamos duas comissões, a CEGOF e a CGDEP que praticamente não deixaram a gente fazer nada aquele ano, quando a gente conseguiu fazer foi no final do ano e deu todo aquele caos do abastecimento. Infelizmente eu acho que 2023 vai ser outro ano conhecido. Tomara que eu esteja errada, eu quero estar errada, mas nós deixamos de fazer um monte de coisas no esgoto, na água e na drenagem. Eu não gostaria que 2023 fosse conhecido por isso; se Deus quiser, seja conhecido por nós termos conseguido colocar as pessoas e não ter acontecido a privatização do DMAE. Então agradeço a todos pela paciência de nos ouvir. A gente vai deixar com vocês alguns panfletos e algum material. Para quem quiser, nós temos camisetas para vender, se quiserem também levar para as suas comunidades. Nós estamos à disposição e agradeço à Ver.<sup>a</sup> Karen e ao Ver. Pablo por terem ficado aqui, e assim como nós, a gente resiste, e vamos continuar resistindo, porque acho que é uma pauta que é de interesse para todo mundo, para quem gosta do saneamento, é apaixonado por isso, e vai defender sempre o que é justo pra todo mundo.

**SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER:** Só pra finalizar, sobre o que a mídia e o Trata Brasil – que é um instituto que tem muitos espaços que são comprados – vendem: na verdade não existem recursos privados que vão ser investidos no saneamento, a conta sempre vai ser paga pelo usuário. O que acontece é uma burla à Lei de Responsabilidade Fiscal por esses parceiros privados que vão buscar o financiamento, e geralmente esses financiamentos são de instituições públicas, é Banco do Nordeste, é Banco de Fomento do Extremo-Sul, ou é BNDES, ou é Caixa Econômica Federal, e desse oligopólio do saneamento básico, é importante ver quem são os atores que estão por trás. A Aegea, por exemplo, tem um fundo de Singapura tem 10% a 12% que é do Itaú; a Iguá Saneamento tem própria participação do BNDES Participações, enquanto que os outros fundos, 30% da BRK são recursos os trabalhadores, é do DFI do FGTS, quem faz a gestão é a Caixa. Então isso que se vende que é o parceiro privado, não, a conta vai ser paga sempre pelo usuário. Isso é importante. E os números que o Jeferson falou, realmente o cenário movimenta hoje em torno de 150 bilhões por ano, então ele é um ativo que é muito importante, e se considerar que todos as pessoas vão utilizar, isso é uma receita constante e segura. Para não fugir muito do que nós temos aqui dentro do nosso campo de visão, o maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul tem um fundo de previdência privada complementar, que é dos seus funcionários, e são os mesmos funcionários que fazem artigos, que fazem notas, que ocupam o espaço na mídia em defesa... Se analisar – porque eu faço parte do Previmpa, do Conselho Fiscal do Previmpa, então eu tenho familiaridade e facilidade de entender esses fundos – esse grupo de comunicação, ele tem ações que dão direito à decisão. Esse fundo previdenciário desse grupo de comunicação gaúcho é sócio da Equatorial, ele é sócio da Aegea, ele é sócio da CCR, ele é sócio de uma infinidade de empresas que eram públicas e passaram a ser privadas. Então, ela se beneficia desse sistema financeiro todo que, para alguns economistas, é simplesmente a securitização, e é esse mercado financeiro que está por trás. Então, se puderem acessar... E eu deixo como uma recomendação também, para as horas de lazer, que assistam ao filme “O Espírito de 45”, que mostra como que a Europa se

recuperou no pós-guerra com forte atuação do Estado; ou seja, duas linhas econômicas: Keynes, que busca o bem-estar da sociedade; e o outro, que é liberal, que é do Friedman, o pai do Guedes. Então, isso resume bem os interesses que estão por trás. Obrigado.

**SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA:** Para o encerramento, agradeço, então, à Ver.<sup>a</sup> Karen pelo convite, a presença do Ver. Pablo Melo e aos demais presentes. Em nome do Simpa, a gente tem orgulho de estar conduzindo essa resistência, essa luta, que não é só no sentido corporativo de defesa dos servidores, mas da cidade, da cidadania. Há seis anos, desde 2017, conseguimos derrotar, em luta, o PL nº 10, de 2017, que encaminhava na época a privatização do DMAE, e houve essa continuidade que, em poucas palavras, enfim, os colegas aqui do Cores apresentaram. E o que que a gente quer dizer? Nós estamos fazendo essa luta em cima de uma área – eu vou me ater à questão do saneamento – que não é uma política de gestão, é uma política de Estado, da cidade. Independentemente da gestão, a questão do saneamento vai ser permanente na cidade, e o saneamento não é mercado, por vários motivos que já foram colocados aqui. Tive oportunidade de, inclusive, de conversar com o Tiago, que era chefe de gabinete do prefeito Melo no ano passado, em duas tentativas que nós fizemos de ter agenda com ele. Nessa reunião, nós colocamos claramente: que mercado é esse? Porque não há concorrência. Isso é monopólio, não é mercado, não é capitalismo. Não é mercado, é monopólio privado, custeado pelo Estado das mais variadas formas, desde o contribuinte até o financiamento público. Não é o mercado que forma um fundo e que vai construir um negócio, que vai concorrer. Que negócio é esse? Que mercado é esse? Onde que tu tens assegurado em contrato? Segundo palavras ouvidas na direção do DMAE, pelo menos 8,1% de retorno líquido garantido, independentemente da qualidade do serviço prestado. Isso é mercado? Onde existe isso? Em qual lugar se tem negócio? Então, não é mercado, é uma cessão pública desnecessária para o monopólio privado explorar comercialmente... A Prefeitura vai ficar refém, a cidade vai ficar refém e vai perder a possibilidade de gerir, de fato, isso. Nós



temos o exemplo de Londres, que é uma capital mundial, uma cidade de 10 milhões de habitantes, que foi onde começou o processo de privatização do serviço público, que está hoje, como foi apresentado aqui, em uma situação caótica, porque não consegue cumprir, atender, e não consegue rescindir, porque tem a multa rescisória contratual. É muito difícil isso. Então, é possível ainda – e esse é o apelo que a gente faz, aproveitando a presença do Ver. Pablo Melo – que o prefeito Melo reavalie a situação. Ele herdou um processo, tem continuidade; são sete anos, por sete anos vi eles tentarem encaminhar a concessão, a privatização, a parcialização, o nome que se dê. Se tivesse devolvido autonomia para o DMAE, se tivesse permitido que o DMAE executasse o Plano Municipal de Saneamento Básico, que é o que o Adriano falava aqui, que já tinha sido atualizado duas vezes, pela segunda vez agora, não haveria nenhuma dificuldade. Foi demonstrado claramente que a preocupação do prefeito com o saneamento, com a drenagem pluvial, não vai se dar, porque o valor que vai vir vai precisar de 37 anos para isso, e vai ficar com o DMAE, com a parte essa que tem uma tarifa, que vai ser repassada para o DMAE, já que o controle financeiro fica com o privado. Esse valor, inclusive, é inferior ao que realmente custa. Então, este é o momento. Ainda é possível que a cidade seja resgatada, que haja um acerto político. Não há problema nenhum em se ter um encaminhamento e, em um dado momento, a gente perceber que aquilo não está adequado e a gente fazer um ajuste de rumo. Para que entrar para a história quando se pode permanecer na história como quem garantiu a continuidade do serviço público de qualidade de saneamento. É possível isso, basta devolver... A partir de agora, por exemplo, em vez de 33 cargos com direito a uma vaga, que sejam nomeados, feitos concursos para todos os servidores necessários para o DMAE funcionar. Foi demonstrado claramente aqui, são dados da gestão: são quase 400 servidores que, até o final do ano, podem se aposentar e são todos detentores de conhecimento. Mesmo quem tem formação no mercado, na área de engenharia, é preciso trabalhar no DMAE durante um certo tempo para pegar o conhecimento de como se faz a coisa lá. Então essa que é a situação. É um debate não só de interesse sindical, é muito mais do que isso, é de

interesse da cidadania, e plural e suprapartidária, é uma questão da cidadania e da cidade. Nesse sentido que a gente faz esse apelo para que haja esse encaminhamento. A gente vai tentar de novo, de qualquer forma, fazer essa agenda de entrega do abaixo-assinado, mas é muito importante que haja essa percepção, essa reflexão, não é necessário isso. O DMAE, hoje, tem quase R\$ 400 milhões de caixa, mais de 300, entende. Tem todas as condições de em poucos meses retomar um fluxo de atividade com a qualidade que historicamente sempre se manteve, de apontar investimento. Inclusive o próprio DMAE vai fazer aquilo que o BNDES não fez, que é o plano municipal de saneamento, tudo isso nós temos condições. Por que não fazer isso? Então é uma questão assim de se reavaliar as coisas, se pensar bem, se pensar na cidade, se pensar grande, porque eu tenho certeza que o prefeito foi eleito pra gerir a cidade, e não pra gerir contrato. Esse caso não é um contrato de mercado não; não é um contrato terceirizado de seis meses como daqui ali; é uma decisão que depois tem um peso de um monopólio privado. A gente sabe disso, todo mundo sabe aqui, em nível de Brasil, que, para reverter, nessa ou em qualquer outra gestão, vai ser muito difícil. Por que se expor a isso, se a gente tem condições de manter um serviço, que o que arrecada é para a sua manutenção e aprimoramento, que é a lógica. Nós temos o exemplo da Ponta do Arado, mais um atraso causado, não por o DMAE ser público e sim por uma empresa privada que foi apresentada como caso de sucesso há pouco tempo atrás, aqui na Câmara de Vereadores, e que não consegue cumprir o contrato, tanto é que a própria gestão do DMAE teve que enfim... (Ininteligível.) Então eu acho que o que está colocado aqui é um momento de reflexão em nome da cidade. É bom pra Porto Alegre, é bom para os servidores, e é bom para a própria gestão do prefeito, entende, essa revisão, essa adequação e ajuste em cima do que está colocado. Não precisamos entrar numa seara em que, por “n” motivos, teremos dificuldades e teremos quase que uma impossibilidade total de reversão, independente de quem venha a ser o prefeito de Porto Alegre. E, também, para encerrar, o que o DMAE arrecada é para manter o serviço do DMAE e reinvestir. Todo mundo sabe aqui que fundos de investimento privados, a questão da água,

do saneamento, o que vai ser arrecadado, vai ser para quê? Para realizar dividendos, é natural do mercado isso, todos nós sabemos disso. Então não tem como custar menos. Vai custar mais. É questão de tempo aditar, porque no contrato vai estar previsto, qualquer coisa que for detectado, isso ou aquilo, tu tens que majorar o preço, foi apresentado o exemplo da Aegea que, em dois anos, já está pedindo isso e aquilo. Então para que isso? Nós não precisamos. Nós temos tantas coisas em Porto Alegre para se preocupar, para que deixar desenvolver um problema que não existia, para encontrar uma solução que não é verdadeira. Nós vamos ter a solução verdadeira, ela está em nossas mãos, está sob controle político de gestão da Prefeitura. Basta autorizar o DMAE a fazer os concursos necessários, nomear os cargos necessários, basta executar o planejamento que o DMAE já tem, que, em pouco tempo, com certeza, no ano que vem, nessa própria época, a cidade, nessa área de saneamento, já vai estar com outra cara, com outra disposição, e não hoje com essa perspectiva no mínimo, não vou usar o termo, mas no mínimo nebulosa, no sentido de para onde nós estamos rumando. Não há necessidade de a gente continuar um processo que há sete anos os servidores do DMAE e a cidade vem sofrendo, por uma coisa que podia estar funcionando há pleno, e hoje está contido. Então é isso. Agradeço a presença de vocês. Continuaremos, com certeza, nessa luta que é uma luta da cidade e de todos nós. (Palmas.)

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Só agradecer então. Vou retomar aqui os encaminhamentos; vamos articular essa reunião com a PGM, tentar também, com o gabinete do prefeito, a partir do André Coronel. Eu acredito que seja importante a gente fazer também essa mesma apresentação na COSMAM, que é a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, dá para a gente fazer esse ofício, ajudar a articular, e sobre essa questão do colapso, que eu acho que é o mais imediato né, da questão, o debate do concurso público, eu acho que seria importante ter uma tribuna popular, e aí vocês, enquanto associação, Cores, Simpa, vocês encaminham isso, e a gente tenta articular com urgência ali com a Diretoria Legislativa, visto que é um assunto que tem que ser tratado aí nos

próximos meses. Então eu acho que todas essas ações combinadas dão uma boa visibilidade, e eu acredito que a fundamentação técnica venha a ser o motor mesmo deste convencimento/constrangimento, porque daí quem não se convencer pela técnica né, aí é discurso ideológico, como tu muito bem colocou, e isso tem que ser denunciado, isso não pode gerir uma cidade. Então, acredito que a gente vá conseguir caminhar bem, junto com esses encaminhamentos. Eu conto com o teu apoio, Pablo, para a gente tencionar essa reunião de novo com o Roberto e, de preferência, já, com o Executivo junto, a gente mata dois coelhos com uma cajadada só; é de fundamental interesse do prefeito ter acesso a essa apresentação, e eu acredito que tem que caber isso dentro da agenda aí, nas próximas semanas, a gente vai trabalhar para isso. Só agradecer a presença de todos que estiveram presentes conosco nesta reunião. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h01min.)

TEXTOS SEM REVISÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PARECER MPC nº 8004/2023**

Processo nº	<b>000363-0200/19-4</b>
Relator:	<b>Conselheiro Edson Brum</b>
Tipo:	<b>Inspeção Especial</b>
Órgão:	<b>Executivo Municipal de Porto Alegre</b>

INSPEÇÃO ESPECIAL. INGERÊNCIA ILEGAL NA AUTONOMIA DO DMAE. FALTA DE PESSOAL. CRISE NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA. PERDAS FÍSICAS E FINANCEIRAS. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO DO TCE-RS. MULTA. IRREGULARIDADE DE CONTAS. DETERMINAÇÃO.

I – Trata-se de Inspeção Especial, instaurada mediante a Representação MPC nº 027/2018, para apurar riscos à prestação dos serviços de abastecimento de água em face de grave déficit de pessoal, causados por ingerência ilegal da Administração Centralizada na autonomia do Departamento Municipal de Água e Esgoto -DMAE.

Após a tramitação do feito, vieram os autos para análise e parecer deste Órgão Ministerial.

**II – PRELIMINAR**

A área técnica, por meio da Informação nº 045/2022, sugeriu que o objeto da presente Inspeção Especial se restrinja à análise da **ingerência do Executivo Municipal na gestão do DMAE**.

Destaca que o exame dos estudos do BNDES neste feito, conforme determinado pelo Relator (peça 3322679), representaria potencial risco ao resultado útil do projeto.

Ressalta, ainda, que o acompanhamento de processos de privatizações, concessões e parcerias público-privadas no âmbito do TCE-RS é regulado pela Resolução nº 1.157/20222, havendo rito próprio discriminado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

Deste modo, entende que a avaliação dos estudos propostos pelo BNDES “*deve ser realizada em conjunto com a solução adotada pelo Executivo na condução de eventual processo de desestatização*” (p. 3).

Considerando que se encontra em análise por esta Corte de Contas a tese do prazo prescricional quinquenal da pretensão punitiva<sup>1</sup>, entende-se que a preliminar suscitada merece acolhimento.

A gestão do Sr. Nelson Marchezan Júnior, apontado como responsável pelas irregularidades apuradas, encerrou-se, mas existem, conforme a área técnica, “*elementos suficientes para a comprovação do nexo de causalidade entre a conduta do gestor a frente do Executivo até o ano de 2020 e o agravamento da precarização da prestação dos serviços de saneamento*” (peça 4771055).

Entretanto, entende-se que ainda pairam dúvidas acerca da legalidade da contratação do BNDES, haja vista que a decisão que assim entendeu foi monocrática (peça 3322679), e sobre a conformidade dos estudos apresentados pelo Banco.

Ainda há diversas notícias indicando que a atual gestão está dando andamento ao processo de desestatização do DMAE<sup>2</sup>.

Deste modo, considerando o completo diagnóstico feito na presente Inspeção, e que a Resolução 1.157/2022 dispõe em seu art. 2º que compete ao TCE-RS “*acompanhar, orientar e auditar os procedimentos de planejamento, licitação e contratação das privatizações, das concessões, e das parcerias público-privadas realizadas pelos entes jurisdicionados*”, bem como prevê, no art. 16, que “*em qualquer etapa da fiscalização, caso sejam detectados indícios de irregularidades relevantes, poderá ser autuado processo de contas*”

---

<sup>1</sup> Processo nº 013826-0200/23-2.

<sup>2</sup> <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2023/06/melo-planeja-enviar-a-camara-em-julho-projeto-que-autoriza-concessao-de-servicos-do-dmae-cliuw807l00ez0151p0r9e6zd.html>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

*especiais para verificação dos fatos, quantificação do dano e identificação dos responsáveis*”, este *Parquet* entende que **deve ser instaurado**, desde já, **processo para acompanhamento do processo de desestatização do DMAE**, sem a necessidade de se esperar o envio do edital no prazo de 90 dias antes do certame, previsão do art. 7º da Resolução.

Ainda urge ressaltar que o art. 5º da Resolução prevê que “*nos casos de concessões e de parcerias público-privadas, o poder concedente deverá remeter ao Tribunal de Contas do Estado os estudos de viabilidade*”.

Os estudos empreendidos pelo BNDES são, salvo engano, estudos de viabilidade. Assim, inobstante seja pertinente a sugestão da área técnica para que a análise destes não ocorra no presente feito, é premente que tal exame seja realizado.

Diante da observância dessas considerações, opina-se pelo acolhimento da preliminar.

Neste sentido, os itens 4 e 5 do Relatório de Inspeção Especial não serão analisados, uma vez que os mesmos versam sobre as condições para a delegação de serviços de saneamento e sobre a incorporação das funções do DEP pelo DMAE. Tais itens trazem um completo diagnóstico sobre o tema, mas não tratam de irregularidades propriamente ditas, referentes ao objeto da presente Inspeção.

### III – APONTES PASSÍVEIS DE RESPONSABILIZAÇÃO

Considerando o acolhimento da sugestão da área técnica acerca da matéria a ser julgada no presente feito, passa-se à análise das irregularidades concernentes à possível ingerência do Executivo Municipal de Porto Alegre na autonomia do DMAE.

Destaca-se que os apontamentos em exame estão descritos no Relatório de Inspeção Especial e na Informação nº 73/2020-SPA, sendo que a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

última, além de proceder à análise dos esclarecimentos, atualizou as informações constantes do Relatório, motivo pela qual serão analisados em conjunto.

*Do Relatório de Inspeção Especial*

*2.1. A crise de abastecimento nas regiões Sul e Extremo Sul*

*2.2. Perda da capacidade operacional*

*2.3. Perda de faturamento decorrente da perda de capacidade operacional*

*Da Informação nº 073-2020 – SPA*

*2.4. Dos prejuízos decorrentes da não reposição do quadro de pessoal*

Em consonância com a área técnica, entende-se que resta configurada a responsabilidade do Senhor Nelson Marchezan Júnior.

A alegação do Gestor de que não existe nexo causal entre os problemas de abastecimento de água e os prejuízos arcados pelo DMAE com a falta de pessoal, uma vez que tais fatos decorreram da falta de investimentos, não se sustenta.

O alerta acerca da possibilidade de uma crise de abastecimento nas regiões sul e extremo sul foi feito já em 2013, por técnicos da Autarquia, conforme consta do Relatório de Inspeção, devido ao aumento da densidade demográfica nestas regiões.

A falta de investimentos para a construção de uma nova estação de tratamento<sup>3</sup>, solução apontada como definitiva para a resolução da questão do abastecimento na região sul de Porto Alegre, é um dos fatores para a crise, mas não é o único.

As perdas físicas, consideradas um dos principais indicadores de desempenho de uma empresa de abastecimento de água pelo Sistema

---

<sup>3</sup> Atualmente, a ETA Ponta do Arado se encontra em construção: <https://prefeitura.poa.br/dmae/noticias/dmae-detalha-ciclo-de-producao-de-agua-no-sistema-belem-novo>





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS<sup>4</sup>, aumentaram em 6% entre **dezembro de 2016 e dezembro de 2019**, período da gestão do Administrador.

Tais perdas, decorrentes de vazamentos na rede de distribuição de água, correlacionam-se ao aumento no tempo de atendimento dos serviços demandados pelo Portal 156: o percentual de atendimentos em tempo superior a 36h passou de **13%** para **41,84%** neste período.

Neste mesmo intervalo, a duração dos episódios de falta de água, decorrente do atraso em atendimento e de paradas operacionais, também aumentou significativamente, conforme explicitado na Informação nº 073/2020-SPA (peça 3223924, p. 24/29).

Ademais, observou-se um expressivo aumento nas perdas comerciais da Autarquia. As perdas de faturamento passaram de R\$ 190,9 milhões em 2016 (33,6% de R\$ 568,3 milhões) para R\$ 231,9 milhões em 2019 (39,8% de R\$ 582,7 milhões). Portanto, entre dezembro de 2016 e dezembro de 2019, as perdas de faturamento do DMAE sofreram um aumento da ordem de **R\$ 41 milhões**.

Destaca-se que a perda de faturamento não vem acompanhada de decréscimo do volume de água produzida, que aumentou naquele período, mas sim com o volume de água faturada. A Auditoria constatou que a Autarquia fatura somente 48% do volume total de água produzida.

Todas essas perdas estão estreitamente relacionadas à falta de pessoal (p. 29), cujos pedidos de recomposição do quadro de pessoal foram feitos de forma reiterada à gestão do Senhor Nelson Marchezan Junior, conforme restou demonstrado no presente feito<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> [http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua\\_esgoto/mapa-agua](http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua)

<sup>5</sup> Conforme o Relatório de Inspeção Especial (peça 2233377, p. 42), “*Ressaltam-se os importantes e reiterados alertas por parte dos diretores e gestores do DMAE ao Chefe do Executivo Municipal,*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

Ainda, não prospera o argumento do Gestor de que não ocorrem repasses do DMAE à Prefeitura de Porto Alegre desde 2017, uma vez que houve a antecipação do pagamento da tarifa de esgoto pluvial à PMPA no valor de R\$ 52 milhões nos anos de 2017 e 2018 (peça 2233377, p. 100).

Assim, resta comprovado que as perdas físicas e comerciais, bem como os episódios de interrupção do abastecimento de água, aumentaram consideravelmente durante a gestão do Sr. Nelson Marchezan Júnior. Cabível a sua responsabilização, uma vez que demonstrados nos autos o seu conhecimento acerca da situação da Autarquia e a negativa de sua Administração em autorizar a recomposição do quadro de pessoal, **inclusive descumprindo decisão desta Corte de Contas**, conforme exposto a seguir.

Deste modo, opina-se pela manutenção da irregularidade e da imputação de responsabilidade ao Gestor.

*Do Relatório de Inspeção Especial*

*3. Da ausência de reposição de pessoal*

*3.1. Análise de Expedientes Abertos sobre Necessidade de Pessoal*

*3.1.2. PROCESSO Nº 17.10.000003717-5: DEMANDA DE PESSOAL*

*3.1.3. PROCESSO Nº 17.10.000005686-2*

*3.1.4. PROCESSO Nº 17.10.000005719-2*

*3.1.5. PROCESSO Nº 18.10.000003153-9 GESTÃO E CONTROLE*

*3.1.6. PROCESSO Nº 18.10.000003766-9: INGRESSO DE PESSOAL*

*3.1.7. PROCESSO Nº 18.10.000003863-0 – CONCURSO PÚBLICO: PEDIDO DE ABERTURA E ACOMPANHAMENTO*

*3.1.8. PROCESSO Nº 18.10.000002975-5*

*3.1.9. PROCESSO Nº 19.10.000001067-7*

*3.1.10. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FLUXO PROCESSUAL ANALISADO*

*3.2. Consequências na operação do DMAE devido à falta de mão-de-obra*

*3.2.1. AUMENTO DE HORAS-EXTRAS*

---

*documentados tanto em processos administrativos solicitando a reposição de pessoal como no Relatório de Análise Crítica, apresentado em fevereiro de 2018, no qual a não reposição funcional nas equipes internas e externas é identificada como o fator de maior risco organizacional, com importância classificada como alta a muito alta, com probabilidade de ocorrência e impacto classificados como altos e riscos estimados em 66% (peça 2117121).”*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

3.2.2. *OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DAS DEMANDAS DE PESSOAL  
DMAE DE 2015 A 2018*

3.2.3. *TERCEIRIZAÇÃO*

3.3. *Legislação que Impacta na Autonomia Administrativa em relação à  
Contratação de Pessoa*

3.4. *Do Limite da Lei de Responsabilidade Fiscal com Despesa com  
Pessoal*

*Da Informação nº 073-2020 – SPA*

2.2. *Do Argumento de Restrição Orçamentária Impedindo a Reposição de  
Pessoal*

2.3. *Da Situação do CGDEP Caracterizada pela Procrastinação no Pleito  
de Reposição de Pessoal*

A presente Inspeção Especial foi instaurada mediante Representação MPC nº 027/2018, que noticiou a grave deficiência no quadro de pessoal do DMAE, com riscos à continuidade dos serviços, e a autuação ilegal do Poder Executivo Municipal, o qual, mediante a edição de atos normativos, estaria impedindo que a Autarquia procedesse à reposição de seu quadro.

A Representação interposta por este Agente Ministerial, instruída com farta documentação, já demonstrava a ingerência do Executivo Municipal na autonomia do DMAE, obstaculizando a admissão e contratação de pessoal, por meios dos Decretos Municipais nº 19.648/2017 e nº 19.651/2017.

Inobstante a concessão da tutela cautelar, requerida pelo *Parquet*, que determinou que o Prefeito Municipal “se abstenha de praticar atos de gestão que interfiram na autonomia da Autarquia”, cujo descumprimento será abordado em outro tópico, verifica-se que a situação restou agravada durante o transcurso do mandato do Gestor.

De um total de 3834 cargos criados, **63,6%** (2.503) se encontravam vagos em novembro de 2020. Conforme demonstrado no subitem 3.1, foram inúmeros pedidos de reposição feitos pela Autarquia, os quais eram



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

procrastinados pela atuação do Comitê para a Gestão de Despesas de Pessoal – CGDEP, criado pelo Decreto nº 19.651/2017.

Destaca-se que, apesar do CGDEP atuar de forma a impedir que os pedidos chegassem até o Prefeito Municipal, vários expedientes ingressaram no Gabinete do Prefeito, como os processos referidos nos subitens 3.1.4, 3.15.

Deste modo, além da responsabilidade pela criação dos Comitês, em ferimento à Lei Municipal nº 2.312/61, vislumbra-se caracterizada a responsabilidade direta do Gestor, uma vez que possuía ciência das demandas urgentes para reposição de pessoal e das consequências que poderiam advir da negativa, das quais, muitas restaram concretizadas, como o aumento da interrupção dos serviços e as perdas financeiras e físicas pela Autarquia.

Os argumentos acerca do possível descumprimento do limite de gastos com pessoal não procedem, uma vez que os limites de comprometimento se encontravam acima dos limites de alerta e do prudencial; Não havia, portanto, óbice à reposição de pessoal relativamente ao impacto do comprometimento da despesa em relação ao limite de gastos com pessoal prevista na LRF (peça 2233377, p. 96).

Cumprir ainda destacar que o DMAE possuía capacidade financeira e orçamentária para custear e manter os servidores cuja reposição foi solicitada inúmeras vezes à Administração Centralizada.

Desta situação, verificou-se que um aumento do número de horas extras desempenhado por servidores, chegando a um aumento de **91,8%** para o cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgotos em uma comparação entre o ano de 2014 e 2018. Inclusive, por orientação do Serviço de Auditoria, a fim de evitar a interrupção dos serviços, a Diretoria do DMAE não observou instruções sobre a limitação de serviço extraordinário, feitos pela Administração Centralizada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

No tocante à possível responsabilização dos Diretores do DMAE, evidenciou-se que os mesmos buscaram, ativamente, recompor o quadro de pessoal da autarquia, através de reiterados pedidos à Administração Centralizada. Inclusive, consultaram a Procuradoria Jurídica acerca da necessidade de aprovação da mesma para contratação, admissão e realização de concurso público.

Assim, opina-se pelo reconhecimento das irregularidades e pela imputação de responsabilidade ao ex-prefeito.

*Da Informação nº 073-2020 – SPA*

*2.1. Da suspensão judicial da Tutela de Urgência*

Em seus esclarecimentos, o Gestor informou ter obtido judicialmente a suspensão da tutela de urgência, exarada pelo TCE-RS, garantindo-lhe, então, o direito de interferir na gestão administrativa do DMAE.

Conforme destacou a área técnica, a decisão judicial<sup>6</sup>, de caráter liminar, teve como fundamento a generalidade da determinação, destacando que *“eventuais vícios de motivação e de finalidade, incoerência dos fundamentos e prejuízos dolosamente causados pelo gestor mor poderão ser apurados posteriormente quando da prestação de contas”*.

Entretanto, inobstante a decisão judicial ter compreendido como imprecisa a determinação desta Corte, como bem destacou a Auditoria, restava bastante claro na Representação Ministerial, na qual se requereu a tutela de urgência, que a abstenção solicitada era referente aos atos impeditivos, perpetrados pela Administração Municipal, para a reposição do quadro funcional do DMAE. E o Gestor tinha conhecimento de tais fundamentos:

*Ainda, o entendimento judicial, apesar de não vinculante ao decisório do TCE-RS, realça a responsabilidade do gestor face às irregularidades identificadas. Veja-se que no presente expediente houve o relato da*

---

<sup>6</sup> Processo n. 5002095- 55.2020.8.21.0001 da 4ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

*situação e a cientificação do gestor sobre a matéria, o qual, mesmo assim, ciente dos riscos e prejuízos já estabelecidos, sustentou perante o judiciário, e alcançou, o suposto direito para continuar sua conduta direcionada à intervenção no DMAE. Portanto, evidenciada a continuidade da intervenção e o agravamento do cenário, o nexos causal dentre esses elementos emerge muito claro, assim como a responsabilidade dos agentes que deram causa à situação (Peça 3223924, p. 5).*

De qualquer modo, a suspensão da tutela de urgência foi prolatada em **20-01-2020** (peça 2552917). A cautelar foi concedida em **01-02-2019**. O Relatório de Inspeção foi apresentado em **outubro de 2019** e demonstrou que a decisão cautelar vinha sendo descumprida pelo Executivo Municipal (peça 2233377, p. 150):

*Com efeito, evidenciou-se que o Comitê para Gestão de Despesas de Pessoal atua de forma a inviabilizar a contratação de pessoal, impondo exigências exorbitantes e reiteradas, promovendo um trâmite processual infundável que culmina no não atendimento às necessidades da Autarquia. Caracteriza-se que, por meio do Comitê para Gestão de Despesas de Pessoal, que impede o DMAE de decidir de forma autônoma sobre suas necessidades, a PMPA descumpra a decisão exarada por esta Corte de Contas (peça 1730736), impondo à autarquia prejuízos monetários e riscos operacionais, além de severos danos à sua imagem decorrentes das deficiências nos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto.*

Portanto, constado o descumprimento de decisão desta Corte de Contas pelo Sr. Nelson Marchezan Júnior.

#### **IV – CONCLUSÃO**

O conjunto das irregularidades acima descritas revela a prática de atos administrativos e de gestão contrários às normas de administração financeira e orçamentária, especialmente na ingerência na gestão da Autarquia, impedindo a reposição de seu quadro de pessoal, ocasionando falhas no abastecimento de água, principalmente na região sul da cidade, bem como causando prejuízos milionários ao DMAE.

Ainda verificou-se o descumprimento da decisão desta Corte de Contas, haja vista que o Gestor continuou interferindo de forma lesiva na



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

autonomia do DMAE mesmo após determinação para que se abstinhasse de tal conduta. Vislumbra-se notória afronta aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade, condutas que se revestem de relevância suficiente a ensejar a reprovação das contas.

Isto posto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Multa** ao Senhor **Nelson Marchezan Júnior**, com base no art. 28 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB) combinado com os artigos 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000 e 135 do RITCE;

2º) **Irregularidade de contas** do Senhor **Nelson Marchezan Júnior**, Administrador nos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020, nos termos do inciso III do artigo 84 do RITCE;

3º) **Determinação** ao atual gestor municipal, para que garanta a autonomia financeira e administrativa da autarquia;

4º) **Instauração** de processo para acompanhar os procedimentos tendentes à desestatização do DMAE, conforme previsto na Resolução nº 1.157/2022;

4º) **Ciência** da decisão ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador Regional Eleitoral, consoante o disposto no artigo 140 do Diploma Regimental.

É o Parecer.

MPC, em data da assinatura digital.

GERALDO COSTA DA CAMINO  
Procurador-Geral



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

Assinado digitalmente.

121